

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-RADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS OLHARES SE CRUZAM? Um estudo à luz da Transparência Pública sobre a divulgação das informações, o julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná.

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

CURITIBA

2017

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

OS OLHARES SE CRUZAM? Um estudo à luz da Transparência Pública sobre a divulgação das informações, o julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná.

CURITIBA
2017

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

OS OLHARES SE CRUZAM? Um estudo à luz da Transparência Pública sobre a divulgação das informações, o julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade de Finanças, do Setor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Clemente

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECA. CATALOGADO NA FONTE.

048	<p>Oliveira, Joana D’Arc de</p> <p>Os olhares se cruzam? Um estudo à luz da Transparência Pública sobre a divulgação das informações, o julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná / Joana D’Arc de Oliveira, Curitiba, 2017.</p> <p>77 f.: il.; tabs. : color. : 30 cm.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade de Finanças, do Setor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Ademir Clemente</p> <p>Bibliografia: p.58-64.</p> <p>1. Administração pública. I. Transparência na administração pública. II. Clemente, Ademir. III. Título. IV. Universidade Federal do Paraná.</p> <p>CDD 351</p>
-----	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós Graduação em CONTABILIDADE
Código CAPES: 40001016050P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOANA D'ARC DE OLIVEIRA**, intitulada: **"OS OLHARES SE CRUZAM? Um estudo à luz da Transparência Pública sobre a divulgação das informações, o julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná."**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

Aprovação

CURITIBA, 20 de Março de 2017.

ADEMIR CLEMENTE
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

LUIZ PANTHOCA
Avaliador Interno (UFPR)

FATIMA DE SOUZA FREIRE
Avaliador Externo (UNB)

AGRADECIMENTOS

A base da minha vida, minha querida mãe Tereza, meu amado Jorge Araújo e a minha amada filha Jade Isabelly, que compreenderam a minha ausência e colaboraram diretamente na realização desta conquista.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ademir Clemente, pela oportunidade, amizade e respeito, por me ensinar a pensar “fora da caixinha” por suas correções, críticas construtivas, generosidade e incentivos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná, seu corpo docente, coordenação e administração, o qual me permitiu obter novos conhecimentos.

Aos professores das bancas, qualificação e defesa, Prof.^a Dr.^a. Fátima Freire (UNB) e Prof. Dr. Luiz Panhoca (UFPR), cujas recomendações acresceram e contribuíram para qualidade deste trabalho.

Aos colegas da turma de mestrado 2015 pela convivência e trocas de experiências na jornada intensa de vinte e quatro meses.

Aos colegas de trabalho e em especial a minha querida amiga Alcimara Meira que fez parte dessa caminhada na busca do conhecimento. A chefia imediata e hierárquica as quais estive subordinada nos últimos vinte e quatro meses, pela compreensão e incentivo, em especial agradeço a Prof.^a Dr.^a. Ana Paula Muzzi Cherobim e a Sonia Maria da Silva Rocha.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma participaram e contribuíram para essa conquista, ajudando-me a tornar uma pessoa melhor.

A falta de transparência resulta em desconfiança
e um profundo sentimento de insegurança.

Dalai Lama

RESUMO

Considerando que os órgãos de controle externo se baseiam nos mesmos instrumentos jurídicos para realização das suas atividades de análise e julgamentos, a *diclosure* e a *accountability* da gestão pública, contíguas à exigência legal da presença do controle interno, foi oportuno no estudo identificar se os olhares desses órgãos distintos convergem ou divergem e, assim, contribuem para legitimar a gestão pública dos municípios do Estado do Paraná. Então, a partir da Teoria Institucional, esta pesquisa foi norteada pela seguinte inquietação: Qual é a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos, julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná? A pesquisa apresentou como objetivo geral identificar a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), julgamento da qualidade das contas públicas proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE PR) e a presença do Controle Interno (CI) na estrutura organizacional nos municípios do estado do Paraná. O estudo é de natureza descritiva e exploratória, caracterizando-se como quali-quantitativo. Para apresentar os resultados os dados foram tratados estatisticamente por meio de estatísticas descritivas, análise de componentes principais e regressão linear, por fim os dados foram interpretados com leitura horizontal por meio de análise sem modelo. Os resultados por fim mostraram que tanto a regressão sobre os componentes principais quanto à regressão sobre as variáveis originais consideradas não apresentam indicação de que as variáveis utilizadas pelo MPF para mensurar a transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos municipais mostram-se como relevantes para explicar julgamento das contas proferido pelo TCE. Diante da ausência de evidências estatísticas relativa à relação entre a mensuração da transparência e o julgamento das contas, tornou-se impossível realizar a averiguação da influência que a presença do CI poderia exercer sobre tal relação. Os resultados da análise sem mostraram que não é possível afirmar relação relevante entre os componentes principais e os julgamentos das contas com maior regularidade. Assim como não é possível confirmar relação entre os componentes principais e contas julgadas com maior irregularidade. Entretanto observa-se que o CI está presente em 74% dos municípios que tiveram as contas aprovadas com maior regularidade e observou-se ainda que os municípios com as contas julgadas com maior irregularidade não possuem CI na estrutura organizacional, e essa evidência reforça a inferência de que a presença do CI influencia na qualidade das contas julgadas pelo TCE/PR. A contribuição desta pesquisa revela-se pertinente, pois possibilita colocar em discussão o a congruência da visão de órgãos de controles externos distintos e ainda propicia informação a sociedade para o fortalecimento da democracia e combate a corrupção. Considera-se importante que o contribuinte observe e compreenda a qualidade das contas públicas e a transparência das informações em sua municipalidade, pois com base no conhecimento acredita-se que as deliberações e escolhas possam ser mais acertadas.

Palavras-Chaves: Transparência pública; Julgamento das contas; Controle externo; Controle interno.

ABSTRACT

Considering that the external control bodies are based on the same legal instruments to carry out their analysis and judgments, the disclosure and accountability of public management, contiguous to the legal requirement of the presence of internal control, It was opportune in the study to identify if the looks of these distinct bodies converge or diverge and, thus, contribute to legitimize the public management of the municipalities of the State of Paraná. Therefore, based on the Institutional Theory, this research was guided by the following concerns: What is the relationship between the evaluation of the disclosure of information through electronic portals, judgment of the quality of public accounts and the presence of internal control in the municipalities of the State of Paraná ? The main objective of this research was to identify the relationship between the evaluation of the disclosure of information through electronic portals carried out by the Federal Public Prosecutor's Office (MPF), the judgment of the quality of the public accounts rendered by the Court of Audit of the State of Paraná (TCE PR) and the Presence of the Internal Control (CI) in the organizational structure in the municipalities of the state of Paraná. The study is descriptive and exploratory, characterizing as quali-quantitative. In order to present the results, the data were treated statistically by means of descriptive statistics, analysis of main components and linear regression, finally the data were interpreted with horizontal reading by means of analysis without model. The results finally showed that both the regression on the main components and the regression on the original variables considered do not indicate that the variables used by the MPF to measure the transparency of the information disclosed in the electronic portals municipalities are shown to be relevant in explaining the TCE's judgment on the accounts. Given the absence of statistical evidence regarding the relationship between the measurement of transparency and the judgment of the accounts, it became impossible to carry out the investigation of the influence that the presence of the IC could exert on such relation. The results of the analysis did not show that it is not possible to affirm a relevant relationship between the main components and the more regular accounts judgments just as it is not possible to confirm relation between the main components and accounts judged with greater irregularity. However, it is observed that the IC is present in 74% of the municipalities that had the most approved accounts and it was observed that the municipalities with the most irregularly judged accounts have no IC in the organizational structure, and this evidence reinforces the inference That the presence of CI influences the quality of the accounts judged by the TCE / PR. The contribution of this research is relevant because it makes it possible to put in discussion the congruence of the vision of different external controls and also provides information to society to strengthen democracy and combat corruption. It is considered important that the taxpayer observe and understand the quality of the public accounts and the transparency of the information in their municipality, since based on the knowledge it is believed that the deliberations and choices can be more correct

Key-words: Public transparency; Judgment of the accounts; internal control; External control

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instrumentos de planejamento.....	27
Figura 2 – Enquadramento dos municípios para elaboração do Plano Diretor.....	27
Figura 3 – Tipos de controle.....	28
Figura 4 – Desenho de Pesquisa.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Mecanismos isomórficos.....	22
Quadro 2	Pilares Institucional.....	23
Quadro 3	Delineamento da pesquisa.....	34
Quadro 4	Relação sintética dos municípios que compõem a amostra da pesquisa.....	36
Quadro 5	Variáveis independentes.....	38
Quadro 6	Variável dependente – classificação dos acórdãos do TCE/PR.....	39
Quadro 7	Hipóteses para teste.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estatísticas descritivas	43
Tabela 2	Matriz de componentes rotacionada.....	44
Tabela 3	Variância total explicada.....	45
Tabela 4	Sumarização do modelo.....	46
Tabela 5	Nível de significância.....	46
Tabela 6	Sumarização do modelo - 2ª rodada de testes.....	46
Tabela 7	Nível de significância - 2ª rodada de testes.....	47
Tabela 8	VIF das variáveis - 2ª rodada de testes.....	47
Tabela 9	Sumarização do modelo - 3ª rodada de testes.....	48
Tabela 10	Nível de significância - 3ª rodada de testes.....	48
Tabela 11	VIF das variáveis - 3ª rodada de testes.....	49
Tabela 12	Sumarização do modelo - 4ª rodada de testes.....	50
Tabela 13	Nível de significância - 4ª rodada de testes.....	50
Tabela 14	VIF das variáveis - 4ª rodada de testes.....	50
Tabela 15	Sumarização da análise sem modelo.....	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil

CGU – Controladoria Geral da União

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INTOSAI - International Organisation of Supreme Audit Institutions

LAI – Lei de Acesso a Informação

LC – Lei Complementar

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MPF – Ministério Público Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCE PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TCU – Tribunal de Contas da União

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

VARIMAX - Rotação para maximizar a variância

VIF - Fator de Inflação da Variância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos	17
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
1.5 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	19
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL	21
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E O POSICIONAMENTO DOS CONTROLES	25
2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - <i>DISCLOSURE E ACCOUNTABILITY</i> NA GESTÃO PÚBLICA	31
3 PLATAFORMA METODOLOGICA	34
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	34
3.2 DESENHO DA PESQUISA	34
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA	35
3.4 FONTES DOS DADOS	36
3.5 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS	37
3.6 TRATAMENTO DOS DADOS	39
3.7 HIPÓTESE DA PESQUISA	40
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO MPF AOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS E CAPITAIS BRASILEIRAS	42
4.2 ANÁLISE DE ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	42
4.3 ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS	43
4.4 ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR	45
4.5 ANÁLISE SEM MODELO	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
5.1 CONCLUSÕES	53
5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	56

5.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Este estudo sobre transparência pública aborda as relações entre a divulgação das informações, o julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná. Nesta primeira seção, empreende-se a contextualização do tema, o problema de pesquisa. Descrevem-se, ainda, os objetivos e as hipóteses de pesquisa, bem como a delimitação, a justificativa e estrutura do estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A transparência na administração pública é um corolário do princípio da supremacia do interesse público e está pautada, em especial, no princípio da legalidade. Em consonância com tais princípios, Carvalho Filho (2006) traz à luz que os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta, sim, a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.

Em decorrência disso, o Estado se vê cercado de mecanismos de controle das atividades governamentais, gerados pela necessidade de resguardar a própria administração pública, bem como os direitos e garantias coletivos. Desta forma, foram criados dois tipos de mecanismos devidamente previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88): Controle Externo e Controle Interno.

Regularmente, o controle externo é praticado pelos Tribunais de Contas, devido à sua incumbência de fiscalizar os atos realizados pela administração pública. Entretanto o controle empreendido pelo Ministério Público também é caracterizado como controle externo. Já o controle interno é realizado pelo próprio órgão (CF/88) por meio das controladorias ou seções controle interno e fiscalização, para o exercício efetivo da legalidade sobre as ações públicas de forma tempestiva, sendo que este ainda tem a atribuição de apoiar o controle externo.

Destaca-se que a exigência legal da criação do controle interno origina-se do artigo 70 da Constituição Federal e alcança as entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta.

Contudo, problemas relacionados à ética, como corrupção e impunidade dos gestores corruptos apresentam-se com frequência nos meios de comunicação e têm estigmatizado a administração pública brasileira, sendo prejudicial à democracia e ao desenvolvimento econômico e social (Power e González, 2003; Bonifácio, 2013).

Dessa forma, observa-se a necessidade da transparência caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de maneira que os cidadãos tenham acesso às informações e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado a partir do poder de representação que lhes foi confiado (Cruz, Silva e Santos, 2009).

Robustecendo a transparência pública e com fito de contribuir para a prevenção da corrupção e, por conseguinte para o fortalecimento da participação democrática no país, o Ministério Público Federal (MPF) mensurou em 2015 e 2016 o nível de transparência dos municípios brasileiros.

Na mesma direção do movimento de transparência, mas com a utilização de outros recursos técnicos, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná é o órgão responsável por controlar todo volume de dinheiro público investido pelo governo e prefeituras no Paraná, e informar a comunidade o resultado destas contas públicas, isto é, se o dinheiro público foi aplicado corretamente e se os serviços oferecidos à população têm a qualidade necessária (TCE, 2011).

Nessa sequência, observa-se que o papel do controle interno vai além da responsabilidade de fiscalizar a legalidade dos atos administrativos, visto que a sua atuação poderá mitigar a ocorrência de irregularidades e resultar em uma melhor aplicação dos recursos públicos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Queiroz, Nobre, Silva e Araújo (2013) esclarecem que, na administração pública, a existência da assimetria informacional pode dificultar a fiscalização dos órgãos competentes e da sociedade, propiciando ao gestor público um ambiente favorável à utilização inadequada dos recursos públicos.

Lanzana, Silveira e Famá (2006) observam que a *disclosure* possui um papel fundamental na redução da assimetria de informação, visto que reduz a vantagem informacional dos agentes informados (*insiders*) sobre os desinformados (*outsiders*), evitando que aqueles expropiem a riqueza destes (Duarte & Young, 2009). Corroborando com os autores, Murcia (2009, p. 22) destaca que “[...] o nível de assimetria informacional diminui à medida que se aumenta o nível de divulgação, ou seja, possuem uma relação inversa.”

Com a finalidade de mitigar a assimetria informacional e regulamentar *diclousure* e *accountability* por parte dos governantes foi aprovada a Lei Complementar nº 131/09 - Lei da Transparência, que tornou obrigatória a disponibilização ao cidadão, em tempo real, de

informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que proporcionou robustez a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - Lei Complementar nº 101/00, que disciplina as finanças públicas com foco no equilíbrio fiscal.

Isto posto, com intuito de consolidar a transparência pública e oportunizar a participação da sociedade, foi promulgada a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que tem na sua essência o propósito de assegurar o direito fundamental de acesso à informação, em consonância com os princípios da administração pública.

Hoch, Rigui e Silva (2012) destacam que a primeira diretriz da LAI instaurou uma mudança de paradigma no cenário brasileiro, uma vez que a divulgação das informações passa a ser a regra; e o sigilo, a exceção.

Ressalta-se que o controle externo se ampara nas legislações de transparência, entre outras do ordenamento jurídico, para o desempenho das suas atividades de controle e julgamento. Assim, como o controle interno também se ampara para o exercício efetivo de suas funções, assegurando que riscos potenciais sejam devidamente controlados e monitorados.

Todavia no contexto político, a transparência pública é mais comumente associada a variáveis explicativas como a competição política e o porte: a primeira explicita que os gestores estariam dispostos a fornecer mais informação como forma de melhor visibilidade para se elegerem ou permanecerem nos cargos (Perez, Bolivar e Hernandez, 2008) e a segunda, consoante Bakar e Saleh (2011), que entidades maiores possuem maiores custos de agência e, portanto, divulgam mais informação com vistas a reduzir tais custos.

Dessa forma, as ações governamentais de um gestor público podem ser motivadas pela possibilidade de continuidade. Assim sendo para lograr êxito em seu objetivo de continuidade o gestor necessita que sua gestão seja reconhecida, ou seja, legítima, pela sociedade.

Nesse contexto Scott (2008) aborda que sob o prisma institucional é necessário compreender que legitimidade não representa um artigo a ser possuído ou trocado, mas uma condição que caracteriza a percepção a regras e leis, apoio ou alinhamento com estruturas cultural-cognitivas. De acordo com Suchman (1995, p. 574) apud Scott (2008, p. 59) legitimidade é uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias, ou apropriadas dentro de algum sistema de normas, valores, convicções e definições socialmente construídas.

A Teoria Institucional está fundamentada na forma como as regras e os procedimentos são incorporados pelas organizações, a partir da premissa de que essa incorporação ocorre em razão da legitimidade frente aos ambientes externo e interno, por meio do processo de isomorfismo (Fontes Filho, 2004)

Destarte considerando que os órgãos de controle externo se baseiam nos mesmos instrumentos jurídicos para realização das suas atividades de análise e julgamentos, a *diclousure* e a *accountability* da gestão pública, contíguas à exigência legal da presença do controle interno, torna-se oportuno identificar se os olhares desses órgãos distintos convergem e, assim, contribuem para legitimar a gestão pública dos municípios do Estado do Paraná. Então, a partir da Teoria Institucional, surge a seguinte inquietação de pesquisa:

Qual é a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos, julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Com base no problema de pesquisa e nos pressupostos já mencionados, estabelece-se o objetivo geral deste estudo, bem como seus objetivos específicos, os quais são descritos a seguir.

1.3.1 Objetivo Geral

Para responder ao problema de pesquisa proposto, o objetivo geral é:

Identificar a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos, julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná.

1.3.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral estabelecido, propõem-se como objetivos específicos:

- a. Identificar e analisar a metodologia e variáveis utilizadas pelo Ministério Público Federal (MPF) para aferição do nível de transparência nos portais eletrônicos dos municípios e capitais brasileiras.

- b. Classificar os pareceres sobre o julgamento das prestações de contas públicas dos municípios do Estado do Paraná pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).
- c. Analisar a relação entre a avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos e o julgamento da qualidade das contas públicas dos municípios do Estado do Paraná.
- d. Verificar se há influência da presença do controle interno sobre a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos, julgamento da qualidade das contas públicas nos municípios do Estado do Paraná.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

É importante destacar algumas delimitações do estudo empírico.

No presente trabalho optou-se por analisar a gestão dos municípios do Estado do Paraná no período de gestão municipal 2013 a 2016. Justifica-se a escolha do período em virtude da Lei de Acesso a Informação (LAI) ter entrado em vigor em 16/05/2012, isto é, no final da gestão municipal 2009 a 2012. Destaca-se que a LAI foi utilizada na metodologia de avaliação aos portais eletrônicos realizados pelo MPF em 2015 e 2016.

No que diz respeito à extensão temporal da pesquisa, abrange-se somente os eventos ocorridos no ano de 2015, ou seja, a quantificação das notas atribuídas pelo MPF as divulgações das informações em portais eletrônicos dos municípios do Estado do Paraná e a qualidade das Contas Públicas, julgadas em 2015, classificadas segundo os acórdãos do Tribunal de Contas do Paraná. Cabe salientar que as contas municipais julgadas no ano de 2015 correspondem às contas municipais do exercício de 2013. Salienta-se ainda que nem todos os municípios do Estado do Paraná tiveram as contas do exercício 2013 analisadas pelo TCE/PR em 2015. Desta forma a amostra contempla todas as contas municipais do exercício 2013 que foram julgadas em 2015 pelo TCE/PR.

Para avaliação do controle interno dos municípios foi verificado apenas se havia ou não a presença do mesmo na estrutura organizacional em cada município.

Ressalta-se que no ano de 2016 ocorre o período eleitoral e os *policymakers*, com a aproximação das eleições, podem manipular os instrumentos fiscais e monetários de política econômica, para expandir a economia e alcançar a reeleição ou a manutenção do seu partido no poder (Nordhaus, 1975), e por isso, decidiu-se não utilizar os eventos ocorridos no ano de 2016.

Por fim, cabe destacar a opção metodológica de abordar o problema de uma perspectiva quali-quantitativa, entendida como o procedimento centrado na aplicação de métodos quantitativos e complementado por informações e considerações pertinentes.

1.5 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Justifica-se a pesquisa pela preocupação com a transparência da gestão pública. Ademais o assunto é interesse básico de toda a sociedade, pois, como se sabe, o Estado exerce cerca de 40% de toda a despesa realizada no Brasil. Assim, a transparência na gestão pública, não é apenas uma condição de exercício e de aperfeiçoamento da democracia, mas, no caso brasileiro, ganha importância econômica e social potencializada.

O estudo proporcionará contribuição teórica e empírica para compreender e colocar em discussão o nível de congruência da visão de órgãos de controle externo distintos. Também será possível obter indicação quanto à importância da presença do controle interno como órgão capaz de contribuir para elevar a transparência e melhorar a qualidade das contas públicas.

Ressalta-se que órgãos de controle externo defendem a ordem jurídica e o regime democrático para garantir a supremacia do interesse público, assim sendo torna-se pertinente pesquisar a identificação da relação sobre as opiniões proferidas pelos mesmos, acerca de *disclosure* e *accountability*, de uma mesma municipalidade que podem resultar em opiniões convergentes ou divergentes.

Estudos anteriores têm abordado as temáticas da transparência da gestão pública municipal (Rausch & Soares, 2010); (Ribeiro & Zuccolotto, 2014), entretanto Grimmelikhuijsen & Welch (2012) destacam que a literatura sobre transparência ainda é fragmentada e pouco desenvolvida. As pesquisas de Cruz *et al* (2009); Cruz *et al* (2012); e Lunkes, Lyrio, Nunes, Giustina e Silva (2015) não evidenciaram resultados otimistas acerca do tema.

Acerca da prestação de contas, pesquisas no Brasil e no exterior constataram que há déficit de *accountability* na gestão pública (Reis *et al*, 2015) ;(Schommer *et al*, 2015); (Bonsón, Torres, Royo & Flores, 2012); (Paiva e Zuccolotto, 2009); (Santana Júnior, 2008); (Herawaty & Hoque, 2007).

Nesse contexto, com a finalidade de contribuir com a lacuna existente, uma vez que se trata de tema relevante ao interesse social, mesmo que sob um ponto de vista mais voltado para os aspectos jurídicos e legais da *disclosure* e *accountability*, e com um enfoque

predominantemente quantitativo, observa-se a oportunidade de inovação ao pesquisar o tema proposto.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O presente capítulo tratou da introdução, contendo a contextualização do tema e o problema, os objetivos, a delimitação, a justificativa e a organização do estudo.

No segundo capítulo tem-se o Referencial Teórico, o qual aborda os tópicos relacionados à teoria Institucional; administração pública municipal e o posicionamento dos controles e Transparência Pública - *disclousure* e *accountability* na gestão pública.

No terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. No quarto capítulo apresenta-se análise e discussão dos resultados. No último capítulo apresentam-se por meio da conclusão as percepções do pesquisador sobre os achados, as limitações do estudo e sugestões de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo apresentam-se o arcabouço teórico pertinente ao tema da pesquisa, compreendendo elementos e pesquisas relacionadas com a Teoria Institucional; administração pública municipal e o posicionamento dos controles e Transparência Pública - *disclousure e accountability* na gestão pública.

2.1. TEORIA INSTITUCIONAL

Segundo Kerlinger (1980) uma teoria é um conjunto de constructos (conceitos), definições e proposições relacionadas entre si, que apresentam uma visão sistemática de fenômenos especificando relações entre variáveis, com a finalidade de explicar e prever fenômenos da realidade.

Entretanto considerando que a teoria é feita de conceitos que são abstrações da realidade, logo não se pode esperar explicações absolutamente completas para certos comportamentos ou descrições exatas de alguns fenômenos. Neste contexto, acredita-se que a Teoria Institucional é basilar para essa pesquisa e possibilita a compreensão do fenômeno estudado.

Machado-da-Silva e Gonçalves (1999, p. 218) abordam que a teoria institucional pode ser visualizada como um resultado convergente de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar em suas proposições a ideia de instituições e de padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais grupos, indivíduos e até mesmo organizações podem estar interligados.

Scott (2008, p.54) afirma que valores são compreensões do preferível ou desejável, junto com construção de padrões que podem ser comparados e avaliados. O autor afirma ainda que as normas definem como as ações devem ser realizadas, indicando os meios legítimos de buscar os fins estimados. Nessa perspectiva, os sistemas normativos passam a ser vistos como imponentes limitadores do comportamento social, que capacitam e autorizam a ação social, conferindo direitos, responsabilidades, privilégios e deveres (Ignácio, 2010).

Dessa visão institucional deriva o conceito de legitimidade, ou seja, uma organização é considerada legítima se suas ações estiverem enquadradas no sistema vigente, no ambiente de normas, valores e crenças (Passolongo, Ichikawa & Reis, 2004, p.20). No setor público observa-se que a gestão pública é conduzida a alcançar a legitimidade imposta pelos sistemas

normativos e os gestores buscam a aceitação social. Nota-se que a legitimidade afeta as organizações, pois elementos considerados legítimos no ambiente organizacional reduzem à turbulência e mantêm a estabilidade (Meyer & Rowan 1977). Nesse contexto percebe-se uma tendência a homogeneidade na gestão pública.

Na Teoria Institucional o isomorfismo pode ser visualizado como um constructo que sinaliza uma tendência de homogeneidade. Para DiMaggio e Powell (1983), o conceito de isomorfismo capta o processo de homogeneização. Os autores afirmam que ideias institucionalizadas tendem a pressionar as organizações a adotar estruturas e formas similares. Meyer e Rowan (1977) abordam o isomorfismo institucional como um elemento que promove o sucesso e a sobrevivência organizacional, uma vez que a incorporação de estruturas formais externamente legitimadas habilita a próspera persistência da organização, protegendo-a de um declínio.

Boxenbaum e Jonsson (2008) adicionam que a ideia central do isomorfismo institucional é que as organizações alinham-se aos mitos socialmente racionalizados sobre aquilo que constitui uma organização. Os mitos manifestam-se como respostas para problemas amplamente conhecidos. Essas respostas potencializadas tornam-se racionalizadas.

DiMaggio e Powell (1983) destacam três mecanismos que levam as organizações à crescente semelhança: isomorfismo coercitivo, mimético e normativo, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro1 Mecanismos Isomórficos

Mecanismos	Origem	Caracterização
Coercitivo	Questões de naturezas política e de legitimidade; cuja desobediência remete à ideia de punição.	Formais e informais exercidas por uma organização sobre outra que se encontra em condição de dependência.
Mimético	Padrões de respostas à incerteza	Processo de imitação ou cópia de políticas, estratégias, estruturas, que, normalmente, representam uma forma de proteção à incerteza.
Normativo	Orientação de comportamentos	Geralmente referentes à profissionalização.

Fonte: A autora (2016), com base em DiMaggio e Powel (1993)

Baseando-se na percepção de que as organizações são compostas de fatores normativos, regulativos e culturais-cognitivos, Scott (1995) desenvolveu um modelo para análise dessas organizações. Preliminarmente o autor desenvolveu um enfoque analítico para

o que chamou de pilares que sustentam as instituições. Posteriormente, esse enfoque foi ampliado em Scott (2001) que incorporou os mecanismos de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983).

Scott (2008) salienta que cada pilar é associado com algumas dimensões como, por exemplo, bases de obediência/conformidade, bases de ordem, mecanismos, lógicas de legitimidade e outros, conforme pode ser observado no quadro 2. Leonel Junior (2011) relata que os pilares formam um contínuo que vai do consciente para o inconsciente, do que é imposto legalmente ao que é dado como verdadeiro.

No Cenário da pesquisa nota-se que o mecanismo coercitivo do isomorfismo é percebido nos municípios analisados acerca da tendência de legitimação da gestão municipal. Entretanto os mecanismos miméticos e normativos para serem percebidos precisam de análises com aprofundamento proporcionado por pesquisas qualitativas para verificação dos perfis e tendências dos gestores municipais.

Quadro 2 Pilares Institucional

	Regulativo	Normativo	Cultural-cognitivo
Bases de obediência	Conveniência	Obrigação social	Entendimentos Compartilhados
Bases de ordem	Regras regulativas	Expectativas vinculadas	Esquemas cognitivos
Mecanismos	Coercitivo	Normativo	Mimético
Lógica	Instrumentalidade	Adequa�o	Ortodoxia
Indicadores	Regras, leis, sanções.	Certifica�o, confiabilidade	Crenças comuns, lógicas de a�o compartilhadas.
Sentimentos	Medo, culpa/ inocência	Vergonha / honra	Certeza / confusão
Bases de legitimidade	Legalmente sancionada	Moralmente governada	Compreensível reconhecível e com suporte cultural

Fonte: Adaptado de Scott (2008)

Segundo Scott (2008) o pilar regulativo trata de processos regulatórios que envolvem a capacidade de estabelecer regras e inspecionar a conformidade de outros com elas. Carvalho e Vieira (1999) citado por Ignácio (2010) relatam que o pilar regulador se destaca pela ênfase nas ações de estabelecimento e controle de regras, leis e sanções. Os processos manifestam-se por meio de atividades formalizadas, cujo acompanhamento é realizado por atores designados especialmente para tal finalidade, a exemplo da política e dos tribunais (Scott, 2008).   luz da perspectiva desenvolvida por DiMaggio e Powell (1983), a coerção configura-se como o mecanismo primário de controle desse pilar institucional; de maneira que o sentimento de medo exista como um elemento central de regulação.

Scott (2008) ainda adiciona que o correto entendimento dos preceitos imbricados no pilar regulativo requer que a visualização das instituições não se restrinja ao constrangimento de um dado comportamento social. A presença mais comum do pilar regulativo ocorre por meio da autoridade e confere legitimidade.

No pilar normativo visualiza-se uma espécie de dimensão prescritiva, avaliativa e obrigatória na vida social introduzida por normas (Scott, 2008). O autor afirma ainda que “as normas definem como as ações devem ser realizadas, indicando os meios legítimos de buscar os fins estimados” (p. 54). Nesse contexto, os sistemas normativos passam a ser vistos como imponentes limitadores do comportamento social, que capacitam e autorizam a ação social, conferindo direitos, responsabilidades, privilégios e deveres (Ignácio, 2010). O sentimento de quem infringe uma norma tende a estar mais inclinado à vergonha; ao passo que sua obediência confere certo prestígio ao ator social; um misto de orgulho e honra (Scott, 2008).

No pilar cultural-cognitivo, se reconhece que processos interpretativos internos são formados por quadros culturais externos e que os papéis sociais são desenvolvidos em contextos localizados como padrões de ação repetitivos que são gradativamente habitualizados alcançando o status de verdadeiro (Scott, 2008)

Por fim, o pilar cultural-cognitivo destaca o compartilhamento de concepções que constituem a natureza da realidade social e os esquemas por meio dos quais os significados são produzidos (Scott, 2008).

Segundo Scott (2008), cada um dos três pilares confere uma base para a legitimidade, ainda que de diferentes formas. O pilar regulativo enfatiza a conformidade com as regras. O normativo aponta uma base de expectativas vinculadas à legitimidade. A visão cultural cognitiva aponta a legitimidade advinda da adoção de um esquema de referência ou da definição de situações comuns.

Nessa pesquisa observa-se que o pilar regulativo está fortemente relacionado, tendo em vista que os órgãos de controle externo e interno inspecionam o cumprimento das regras e possuem artifícios coercitivos. Todavia a sociedade demonstra timidamente suas perspectivas associadas à legitimidade acerca de uma gestão pública, situação que dificulta a percepção das referências nas situações comuns notadas no pilar cognitivo-cultural.

Desse ponto em diante cabe recapitular que a visão institucional deriva o conceito de legitimidade. E nessa pesquisa observa-se que a legitimidade é um ponto central de discussão. Logo se percebe que a abordagem sob o aspecto da legitimidade à luz da Teoria apesar de secundário nesse estudo, auxilia a compreensão do fenômeno pesquisado.

Isto posto, traz-se à luz que de acordo com Dias Filho (2007), a legitimidade baseia-se na ideia de que existe uma espécie de “contrato social” entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar. Perrow (1981, p.127) considera que a “legitimação” vem dos grupos de consumidores, fornecedores, instituições reguladoras, do público inquiridor e dos contribuintes.

Sugere Suchman (1995) que a construção da legitimidade geralmente acontece nas organizações consideradas proativas, isso porque seus gestores possuem conhecimento prévio de seus planos e também da necessidade de legitimação. Para o autor a tarefa de manter a legitimidade é mais fácil do que ganhá-la ou repará-la.

Lindblom (1994) afirma que se uma organização perceber que sua legitimidade está ameaçada, geralmente tenta recuperá-la ou mantê-la por meio das seguintes estratégias: procura educar ou informar o público-alvo acerca de eventuais mudanças introduzidas em seus produtos ou atividades; procura mudar as percepções do público-alvo, sem, contudo, alterar a realidade; procura deslocar a atenção do público-alvo dos pontos críticos para símbolos de conteúdo emocional; e, finalmente, procura alterar expectativas externas acerca de seu desempenho. Contudo Suchman (1995) considera que a tarefa de recuperar a legitimidade se assemelha da tarefa de ganha-la, no entanto, a recuperação geralmente representa uma resposta reativa a uma crise de sentido imprevista.

A incapacidade dos gestores em atingir a legitimidade das atividades leva a pressões de grupos na sociedade, que em última instância resultam em intervenção governamental, na forma de aumento de restrições legais, de regulação, impostos etc (Rover, Tomazzia, Murcia & Borba; 2009).

Abordam Deegan e Rankin (1996, p.54), que se uma organização não puder justificar a sua continuidade perante a sociedade, gradativamente os seus membros se encarregarão de revogar o “contrato social”. Desta forma, observa-se que um dos fatores para perda de legitimidade de uma gestão pública ocorre quando o controle externo percebe práticas de malversação dos recursos públicos.

2.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E O POSICIONAMENTO DOS CONTROLES

A estrutura político-administrativa brasileira compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos com autonomia, conforme o art. 18 da Constituição

Federal. Nessa estrutura o Município apresenta-se como a menor unidade administrativa e exerce o Poder Executivo, na esfera municipal, que tem a incumbência de administrar os interesses públicos.

O poder executivo de cada ente federado representa a administração pública propriamente dita, justamente por ser atribuída a ele a função de administrar e executar as políticas públicas no atendimento ao bem-estar social (Corbari & Macedo 2011). Assim sendo, a administração pública municipal mostra-se mais adequada para atender às demandas sociais, haja vista, estar mais próximo dos problemas e por ser suscetível ao controle da sociedade (Matias & Campello, 2000, p. 21).

Corroborando com esse pensamento Menezes (2002) aborda que o município tem sido geralmente, reconhecido como a instituição que pode levar mais eficiente e eficazmente a presença do poder público ao interior de um país, além de promover o desenvolvimento econômico local.

Para Matias e Campello (2000, p. 21) é no município que se encontram as condições mais adequadas para que seja formado um quadro nacional democrático, tendo em vista que a proximidade do governo com a sociedade permite um diálogo permanente com esta, seja por meio da participação popular na definição das políticas públicas, seja por meio do controle social.

Oates (1972) defende que a descentralização da prestação de serviços e da provisão de bens, com a transferência de responsabilidade do governo nacional para os governos locais, permite que os contribuintes exerçam uma influência maior sobre as decisões de gastos do governo.

Assim, nota-se que administração pública municipal tem a responsabilidade de atender às demandas da sociedade, com serviços públicos de qualidade. Para Meirelles (2002, p.316), serviço público é todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado.

Neste contexto a finalidade precípua das administrações públicas municipais é a prestação de serviços públicos locais aos cidadãos. Para tanto se utilizam de instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, que caracterizam os instrumentos de gestão das entidades públicas municipais. A Figura 1 apresenta os instrumentos de planejamento integrado frente às políticas públicas municipais

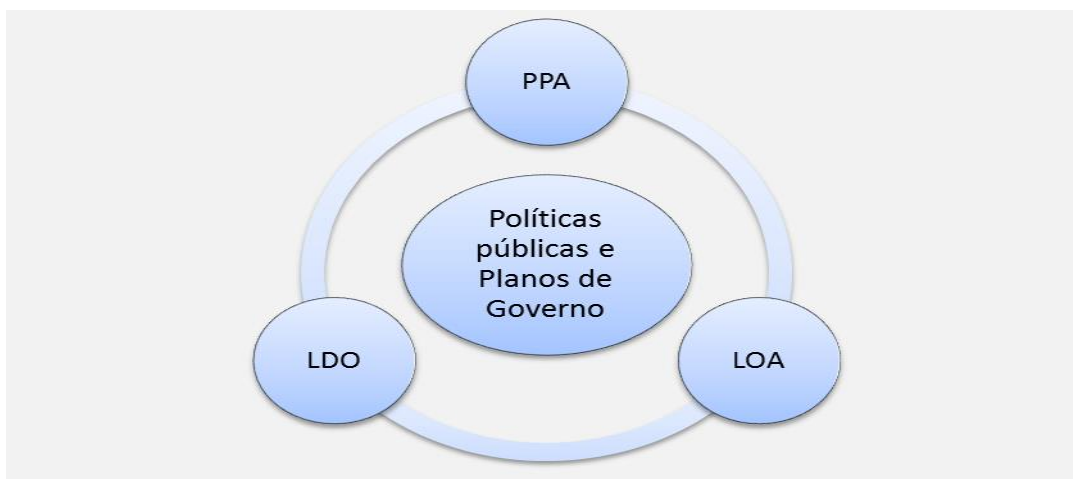


Figura 1 Instrumentos de planejamento

Fonte: Adaptado de Gerigk et al (2007)

Cada instrumento de planejamento possui finalidade específica. O PPA contempla o planejamento municipal para quatro anos; a LDO o encargo de nortear a execução do planejamento anteriormente prenunciado no PPA para um determinado exercício, e a LOA tem a incumbência de realizar o planejamento. Assim compilam-se as políticas públicas e planos de governo planejados pelas administrações públicas municipais para atender as demandas coletivas da municipalidade.

Além dos elementos apresentados, para os municípios com mais de vinte mil habitantes cabe ainda a elaboração do Plano Diretor. O mesmo deve ser concebido em conformidade com a Lei Orgânica municipal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que a atualização e revisão ocorrerão no mínimo a cada dez anos. Para Bernadoni e Cruz (2010) o Plano Diretor constitui-se o principal instrumento de planejamento, contribuindo na formação de diretrizes para expansão urbana e desenvolvimento nas mais diversas áreas. Para a elaboração do Plano Diretor cabe aos municípios que se enquadram nos itens da figura2.

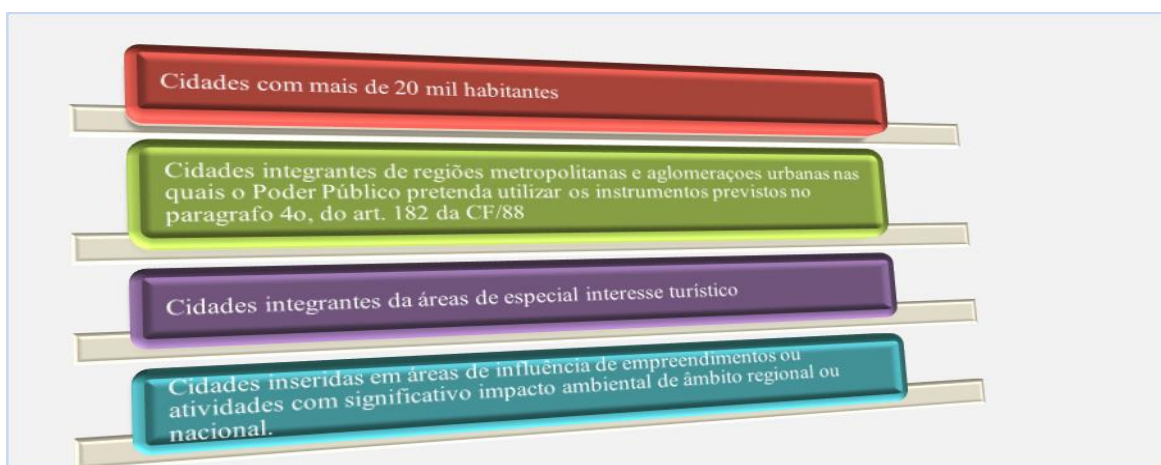


Figura 2 Enquadramento dos municípios para elaboração do Plano Diretor

Fonte: Adaptado de Gasparini, 2002

Quanto aos recursos e ações que permitem atender as necessidades coletivas, Meirelles (2002, p.82) diz que na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Destarte, denota-se, face o art. 37 da CF/88, que a administração pública é orientada e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Meirelles (2002) aborda que, no âmbito da administração pública, o controle é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro.

Nesse contexto, conforme assevera Mileski (2003), o controle exerce um papel fundamental para a consecução dos objetivos do Estado, uma vez que possui a função precípua de assegurar a legitimidade da aplicação dos recursos públicos.

Rezende, Slomski e Corrar (2005), abordam que o controle das atividades públicas é um elemento-chave no acompanhamento da execução dos programas de governo, apontando falhas e desvios, zelando pela boa utilização, manutenção e guarda dos bens patrimoniais, e verificando a perfeita aplicação das normas e princípios adotados, de modo a propiciar uma correta e eficaz aplicação desses recursos.

Entretanto Pfitscher (2011) ressalta que, diferentemente do que ocorre nas entidades privadas, na gestão pública o controle exercido possui um enfoque mais voltado para a obrigatoriedade legal, do que para resultados que representem ganhos ou acréscimos de valor patrimonial, como ocorre nas entidades privadas.

Ressalta-se do art. 70 CF/88 que os controles interno e externo realizam a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade. Desta forma temos três tipos de controles, que são apresentados na figura 3.

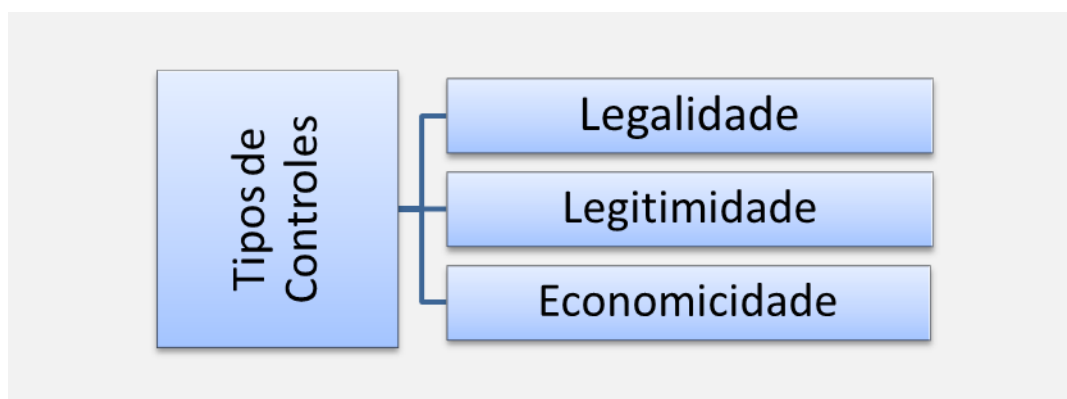


Figura 3 Tipos de controle

Fonte: Adaptado de Brasil, 1988.

O controle de legalidade tem base apenas o que está normatizado. Já o controle da legitimidade, tem como objetivo avaliar se a despesa pública foi aplicada para atender o bem comum. E o da economicidade visa à relação custo/benefício na aplicação dos recursos públicos (Corbari & Macedo, 2011).

Apesar de o objetivo da função fiscalizadora ser o mesmo, as estruturas operacionais dos controles interno e externo são distintas, sendo que o primeiro é realizado pelo próprio órgão e o segundo é praticado por outro órgão externo a entidade controlada.

Segundo Barreto (2004), praticamente todos os países democráticos do mundo possuem, ao lado das instituições tradicionais que dão funcionalidade aos poderes de Estado, um organismo de controle técnico das finanças públicas, geralmente vinculado ao poder legislativo. São as denominadas Entidades de Fiscalização Superiores (EFS).

Nota-se que o controle externo na administração pública brasileira é evidenciado a partir da promulgação da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatuiu as normas de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União. A sua competência é do poder legislativo exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas.

De acordo com Wanna e Ryan (2003), o elevado índice de corrupção e o anseio social por transparência na gestão pública, dentre outros fatores, passaram a exigir dos Tribunais de Contas uma atuação inovadora e moderna na fiscalização. Na esfera municipal os Tribunais de Contas dos Estados são incumbidos de assessorar as câmaras municipais na fiscalização de cada municipalidade.

Carvalho e Flores (2007) asseveram que os sistemas de controle externo e interno devem se complementar numa única relação operacional, pois o controle interno suporta as atividades do controle externo. De acordo com Rocha (2002), nos órgãos singulares as recomendações resultantes das fiscalizações têm caráter unipessoal, subscritas pelo auditor-geral ou controlador, enquanto que nas Cortes de Contas, ao invés de meras recomendações, prevalecem às determinações respaldadas em deliberações do colegiado.

Além do controle exercido diretamente pelo Estado, existe, nos termos do parágrafo 3º da CF/88, outra forma de controle externo, o controle social, o mesmo é exercido pela sociedade civil organizada ou pelo cidadão. Conforme Lopes, Ribeiro Filho, Pederneiras e Silva (2008), pressupõem o exercício, pela sociedade, de formas de democracia direta, ou seja, o controle é exercido diretamente pelos cidadãos.

Nota-se que houve, a partir da última década, um movimento de participação popular acerca do controle dos atos emanados pelas gestões públicas. Para Asazu e Abrucio (2003), esse movimento foi motivado, dentre outros fatores pelos sucessivos escândalos envolvendo o

erário público brasileiro. Cruz *et al* (2009), acreditam que a disponibilização de informações pela internet, denotada pelos portais de transparência fortalece o controle social. Os autores ainda afirmam que os portais de transparência conferem ao controle social um contorno inibidor para ações eivadas de irregularidades, dada a agilidade do trânsito de informações.

Quanto ao controle interno a competência é do próprio órgão realizado por uma unidade em sua estrutura administrativa. O seu propósito na administração pública é prevenir ações incorretas ou ilícitas que possam atentar contra os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, presentes na CF/88 (Calixto & Velasquez, 2005; Fêu, 2003; Oliveira, 2011; Soares & Scarpin, 2013).

Neste contexto, funciona como uma estrutura orientadora de políticas para salvaguardar a gestão. Assim para Corbari e Macedo (2011) o controle interno nos órgãos públicos deve assegurar que erros e riscos potenciais que afetem os ativos e as operações da organização pública sejam devidamente controlados e monitorados. Corroborando com o pensamento dos autores Ferrari (2009) aborda que o controle interno na administração pública pode ser compreendido como um instrumento de auxílio ao gestor público, porque o permite fazer o acompanhamento da sua gestão e implantar as correções necessárias das ações feitas em desacordo com a legislação em vigor, o que impossibilita posteriores penalidades provenientes do controle externo.

Cabe destacar, que as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica 16.8 (NBC T 16.8) apresentam a definição e a finalidade do controle interno voltado para o enfoque contábil, em que o controle interno se caracteriza como o conjunto de recursos, de métodos e de processos adotados pela entidade do setor público. Para a *International Organisation of Supreme Audit Institutions*– Intosai (2004), o controle interno é considerado como um processo, pois se caracteriza como uma série de ações relacionadas às atividades da organização. Corbari e Macedo (2011) abordam que o controle interno não deve ser visto como um evento isolado e, tampouco como um evento circunstancial.

Todo o processo de organização do Controle Interno contempla uma estrutura organizacional, política de recursos humanos, segregação de funções e ética que têm por objetivo proteger a organização de riscos que possam impossibilitar ou dificultar a sua gestão (Thomé & Tinoco, 2005; Lélis & Mario, 2009).

Ressalta-se que para o eficaz exercício do controle interno é necessária a independência das funções de controle das demais funções operacionais e administrativas. Assim como a não submissão aos desmandos políticos. A CF/88 para coibir a que o controle interno acoberte a malversação dos recursos públicos e a corrupção, em seu art. 74, parágrafo

1º, determinou que o responsável pelo controle interno tivesse responsabilidade solidária sobre ações irregulares e ilegais dos gestores públicos caso não cientifiquem o controle externo.

2.3 TRANSPARENCIA PÚBLICA - *DISCLOSURE E ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO PÚBLICA

Na administração pública observa-se que a transparência deve caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de maneira que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado a partir do poder de representação que lhes foi confiado (Cruz *et al*, 2009).

Transparência, para Kim (2008, p. 3), possui uma série de significados, mas seus principais aspectos estão relacionados à clareza, acessibilidade, integração, lógica e racionalidade. É um mecanismo indispensável para permitir que os governos sejam controlados pela sociedade e pelos demais órgãos externos de controle, entretanto está limitada as formas de publicação exigidas em lei (Corbari & Macedo, 2011).

Contudo, Queiroz *et al*. (2013) esclarecem que, na administração pública, a existência da assimetria informacional pode dificultar a fiscalização dos órgãos competentes e da sociedade, propiciando ao gestor público um ambiente adequado para a utilização inadequada dos recursos públicos.

Lanzana *et al* (2006) observam que a *disclosure* possui um papel fundamental na redução da assimetria de informação, visto que reduz a vantagem informacional dos agentes informados (*insiders*) sobre os desinformados (*outsiders*), evitando que aqueles expropiem a riqueza destes (Duarte & Young, 2009). Corroborando com os autores Murcia (2009, p. 22) destaca que “[...] o nível de assimetria informacional diminui à medida que se aumenta o nível de divulgação, ou seja, possuem uma relação inversa.” Slomski (2009) destaca que, mais do que a “obrigação de informar”, a administração deve cultivar o “desejo de informar”. Para isso, a entidade pode se utilizar de demonstrativos que visem a reduzir a assimetria informacional entre o Estado e a sociedade.

Com a finalidade de mitigar a assimetria informacional e regulamentar *disclosure* e *accountability* por parte dos governantes o legislador promulgou a Lei Complementar nº 131/09 - Lei da Transparência, que propiciou robustez a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - Lei Complementar nº 101/00. Destaca-se que a LRF é um marco regulatório do equilíbrio fiscal no Brasil.

Isto posto, com fito de consolidar a transparência pública e proporcionar a participação da sociedade, foi promulgada a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, que tem na sua essência destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, em consonância com os princípios da administração pública.

Hoch, Rigui e Silva (2012) destacam em suas afirmações que a primeira diretriz da LAI instaurou uma mudança de paradigma no cenário brasileiro, uma vez que a divulgação das informações passa a ser a regra; e o sigilo, a exceção.

Para viabilizar a LAI observa-se a adoção de tecnologia de informação e comunicação (TIC) como meio de empregar e promover a Transparência no setor público. No tocante às informações em meio eletrônico, os municípios possuem, em geral, portais da transparência vinculados aos sítios eletrônicos do Poder Executivo. Neles devem constar informações mínimas exigidas na legislação, caso contrário, os municípios podem vir a sofrer sanções (Campagnoni, Carvalho, Lyrio, Lunkes & Rosa, 2016).

Entretanto estudos anteriores sobre Transparência Pública no Brasil não evidenciaram resultados otimistas (Cruz *et al* 2009; Cruz *et al* 2012; e Lunkes *et al.* 2015). Dessa forma denota-se que a criação de leis e mecanismos para divulgação da Transparência Pública são apenas etapas da construção de uma cultura a ser consolidada pela administração pública e pela sociedade. Nota-se ainda que as legislações comentadas não são populares e desta forma não alcançam o cidadão comum, e outra forma de assimetria informacional configura-se, pois, de um lado, o Estado informa; mas, de outro, o cidadão não compreende as informações (Slomski, 2009).

Segundo Michener e Bersch (2011) a transparência será tão mais útil quanto maior for a sua contribuição a um sistema de prestação de contas efetivo, que resulte em inferências corretas. Assim sendo observa-se que a transparência é um dos meios para a prática de *accountability*.

O termo *accountability* encontra-se em ampla utilização na literatura com diferentes significados. Além disso, não há uma tradução específica desse termo para o nosso idioma (Campos, 1990; Prado, 2006; Pinho & Sacramento, 2009). Segundo Campos (1990), a ausência de uma palavra em nossa língua pátria que traduza o termo *accountability* remete a falta de compreensão do próprio conceito, razão que revela o real motivo de não dispormos da palavra em nosso vocabulário.

Abrucio e Loureiro (2004, pag.75) afirmam que normalmente a literatura sobre *accountability* trata do controle dos atos dos governantes em relação ao programa de governo, à corrupção ou à preservação de direitos fundamentais dos cidadãos. Para Villagelim,

Albuquerque, Silva e Alves (2011) trata-se do processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro dela são responsáveis por suas decisões e ações sob o aspecto financeiro e de resultado e submeter-se-ão ao escrutínio externo.

Para Matias-Pereira (2008, p.36) o termo *accountability* pode ser aceito como o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantido dessa forma níveis de transparência.

Desta forma, o termo *accountability* dentre os diversos conceitos existentes sempre converge a um ponto específico, está ligado à responsabilidade social dos governantes, que devem ser transparentes nas suas gestões, prestando contas de seus gastos, gerando informações para a sociedade sobre o uso dos recursos públicos (Armstrong, 2005).

Ferejohn (1999) argumenta que o maior grau de *accountability* de um agente pode aumentar seu grau de poder, sendo esse o incentivo que faz com que governos sejam cada vez mais *accountables* ao público. Além disso, possibilita que os cidadãos questionem os atos de seus representantes, punindo-os a qualquer tempo e não somente na ocasião das eleições (Mota, 2006, p. 232).

Entretanto Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013, p. 748) ressaltam que, para que ocorra a efetividade da *accountability*, os cidadãos devem participar ativamente na definição dos objetivos e devem existir instrumentos para assegurar o controle público sobre os agentes. Corbari e Macedo (2011) observam que somente a partir do momento em que surge um cidadão que efetivamente participe e se interesse pela coisa pública é que serão formuladas demandas por *accountability*.

3 PLATAFORMA METODOLÓGICA

Fachin (2006, p. 29) afirma que métodos, em pesquisa, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo. Assim sendo, apresentam-se nesse item, os aspectos dos procedimentos metodológicos e critérios de classificação da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para os autores Raupp e Beuren (2013), atualmente, não existe na literatura uniformidade entre os acadêmicos sobre as tipologias e delineamento de pesquisas existentes. Diante disso, e considerando os objetivos estabelecidos no capítulo introdutório, este estudo adota as tipologias a seguir no quadro 3.

Quadro 3 Delineamento da Pesquisa

Categoria	Classificação
Abordagem do problema - Natureza das variáveis	Quali-Quant
Objetivos	Descritiva
Amplitude	Amostrai
Dimensão temporal	Transversal
Período temporal	Ex-post facto
Coleta de dados	Informações disponíveis nos sítios do MPF; Informações disponibilizadas pelo TCE/PR por meio do pedido de acesso a e acesso aos portais eletrônicos dos municípios do Estado do PR.
Tratamento dos dados	<i>Software SPSS versão 23.0</i>
Análise dos dados	Estatísticas descritivas, análise de componentes principais, regressão linear e análise sem modelo.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

3.2 DESENHO DA PESQUISA

No desenho da pesquisa fica demonstrado que, a partir da Transparência Pública, a investigação foi realizada com enfoque a analisar se há associação entre as notas atribuídas aos portais eletrônicos municipais pelo MPF, com o julgamento da qualidade das contas

realizado pelo TCE/PR e a verificação da presença de controle interno nos municípios analisados, conforme figura 4.

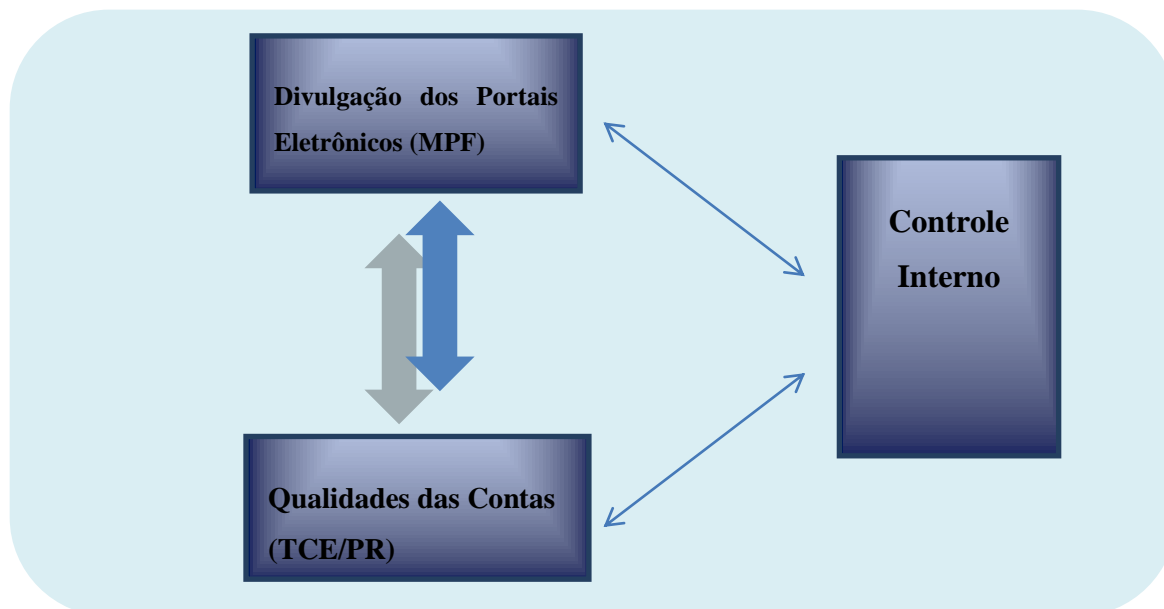


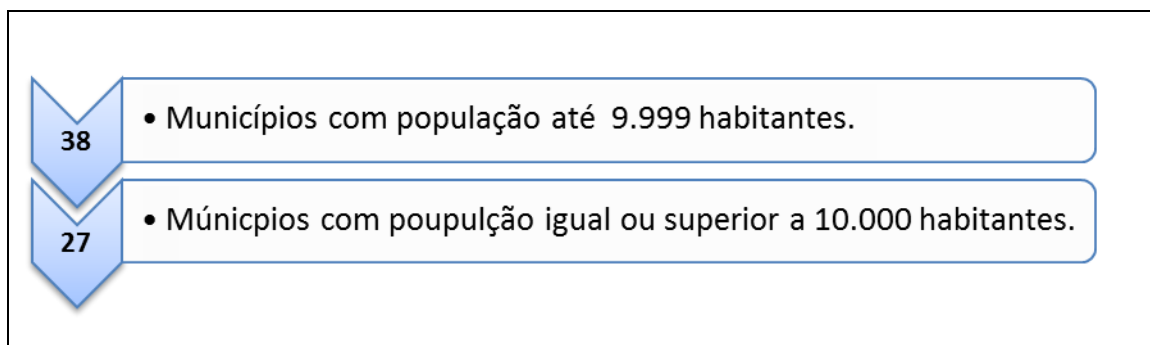
Figura 4 Desenho de Pesquisa

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

Vergara (2009) define população de uma pesquisa como um conjunto de elementos que contém as mesmas características e que é objeto de estudo. A população é composta por 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado do Paraná. A amostra é composta por 65 (sessenta e cinco) municípios que tiveram notas atribuídas pelo Ministério público Federal às divulgações das informações por meio de portais eletrônicos e o julgamento das contas realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no ano de 2015. O quadro 4 apresenta a composição da amostra da pesquisa. A amostra foi dividida em dois grupos sendo o primeiro composto dos municípios que possuem a população de até 9.999 habitantes e o segundo grupo composto com os municípios que possuem população igual ou superior a 10.000 habitantes. O quantitativo populacional de cada municipalidade refere-se aos resultados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro 4 Relação sintética dos municípios que compõem a amostra da pesquisa



Fonte: A autora (2016). Elaborado a partir dos dados do TCE/PR -Pedido de Acesso à Informação 1416/2015 (2015) e dados do Censo 2010 (IBGE)

3. 4 FONTES DOS DADOS

Nesta pesquisa utilizaram-se dados secundários. Desta forma foram coletados os dados das notas atribuídas pelo MPF aos portais eletrônicos dos municípios brasileiros no ano de 2015, por meio das informações disponibilizadas no *site* Ranking Nacional da Transparência elaborado pelo órgão.

Prosseguiu-se a coleta com a extração dos dados a resposta disponibilizada pelo TCE/PR, por meio do pedido de acesso a informação 1416/2015, sobre os acórdãos proferidos no ano de 2015 sobre os julgamentos das contas dos municípios do Estado do Paraná.

Para levantamentos dos dados quanto a informação da presença ou ausência de controle interno na estrutura organizacional dos municípios que compõem a amostrada pesquisa foi utilizado o mesmo procedimento de Cruz *et al* (2012) a coleta de dados. Levantaram-se dos municípios os endereços das respectivas *home pages*.

Para identificação das *home pages* dos municípios foi utilizada a plataforma de busca *on-line* do Google (www.google.com.br), adotando-se como expressão padrão “Prefeitura Municipal de [nome do município]”.

Segundo Paiva e Zuccolotto (2009), esta seria a forma mais simples para um cidadão leigo em “tecnologia de informação” localizar a *home page* de seu município.

As *home pages* dos municípios são sítios institucionais, desta forma foram considerados validos os sítios que possuíam a extensão.gov, definida pela seguinte configuração: “nome do município.sigla do estado.gov.br”

Constata-se que todos os municípios analisados possuíam sítios institucionais, exceto o município de Salto do Lontra que apresentou comportamento distinto no retorno da busca, mesmo com a busca padronizada o acesso foi encaminhado para *home page* com extensão

sem a sigla do estado.gov.br, entretanto observou-se no site o qual a busca foi direcionada informações institucionais da prefeitura do município pesquisado.

Após a validação dos sítios institucionais, verificou-se se os sítios apresentavam informação acerca da presença de controle interno na estrutura organizacional de cada município. Assim buscou-se na *Page* inicial do município o acesso ao “menu” secretarias ou departamentos de controle interno ou controladoria geral do município relacionados entre as secretarias ou departamentos do município pesquisado, quando não encontrado, optou-se por realizar busca complementar dentro dos sítios municipais que ofertavam a opção pesquisar ou localizar. No campo destinado a pesquisa utilizou-se as palavras controle interno para primeira localização, quando frustrada a consulta procedeu-se a segunda pesquisa com a palavra-chave controladoria.

Quando esgotadas as duas formas de busca na opção pesquisar ou localizar optou-se em verificar a composição das secretarias de administração e das secretarias de fazenda ou finanças com o intuito de localizar dentro da estrutura organizacional a presença do controle interno.

Para classificação da presença ou ausência de Controle Interno na administração pública municipal utilizou-se variável *dummy*, sendo aferição 1(um) para os municípios, os quais se identificaram a presença de controle interno e aferição 0 para os municípios, os quais não se identificaram a presença de controle interno. Quando inviabilizada a pesquisa no sítio institucional atribuiu-se a classificação 0 (zero). Os acessos foram realizados no mês de dezembro do ano de 2015 e reprocessados em dezembro de 2016. Não foi observada divergência de informações na segunda consulta no comparativo com as informações coletadas na primeira fase de busca.

Utilizou-se ainda variável *dummy* para classificar os municípios com população igual ou superior a dez mil habitantes, sendo a aferição 1 (um), e para os municípios com população inferior a dez mil habitantes, sendo 0 (zero).

3.5 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para o estudo considerou-se variáveis independentes os trinta e dois itens avaliados pelo MPF para atribuir notas as informações divulgadas nos portais eletrônicos municipais, extraiu-se as da Métrica ENCCLA que consta no anexo I, e são apresentadas no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 Variáveis Independentes

Variáveis Independentes		Descrição
V1	TR_AT1	Informações sobre Transparência na internet.
V2	TR_AT2	O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação
V3	RECEIT	Informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado
V4	DESP_EMP	Despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo valor do empenho
V5	DESP_LIQ	Despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo valor da liquidação
V6	DESP_PGTO	Despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo valor do Pagamento
V7	DESP_FAVOREC	Despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo favorecido
V8	LIC_EDITAIS	O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo Íntegra dos editais de licitação
V9	LIC_RESULT	O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)
V10	LIC_CONTR	O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo Contratos na íntegra
V11	PROC_MODALID	O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses modalidade
V12	PROC_DATA	O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses data
V13	PROC_VALOR	O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses valor
V14	PROC_EDITAL	O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses número/ano do edital
V15	PROC_OBJETO	O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses objeto
V16	PREST_ANOANT	O site apresenta prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior
V17	PREST_RREO	O site apresenta Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses
V18	PREST_RGF	O site apresenta Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses
V19	PREST_ESTAT	O site apresenta Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes
V20	ACESSO_RELAT	O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações
V21	SIC_EXIST	Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico
V22	SIC_ÓRGÃO	Indicação do órgão
V23	SIC_ENDEREÇO	Indicação de endereço
V24	SIC_TELEFONE	Indicação de telefone
V25	SIC_HORÁRIO	Indicação dos horários de funcionamento
V26	E_SIC	Possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e - SIC)
V27	SIC_ACOMPAN	Possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação
V28	SIC_SIMPLICID	A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioria.
V29	ESTR_ORGANIZ1	No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente
V30	ESTR_ORGANIZ2	O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e

		horários de atendimento ao público
V31	REMUNERAÇÃO	Divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público
V32	DIÁRIAS_PASS	Divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem

Fonte: A autora (2017). Elaborado a partir da Métrica ENCCLA (MPF, 2015)

A variável dependente são os acórdãos do TCE/PR proferidos no ano de 2015 acerca do julgamento das contas municipais. Inicialmente nota-se que há apenas uma variável dependente, entretanto, a mesma possui níveis distintos. Os níveis foram classificados em notas, sendo a maior nota para as contas julgadas regulares e a menor nota para as contas julgadas Irregularidade com aplicação de multa e determinações. Os intervalos de um nível para o subsequente inferior sofreram o demérito de 1 ponto, conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6 Variável dependente: Classificação dos acórdãos emitidos pelo TCE/PR

Níveis	Notas
Regularidade	10
Regularidade com recomendações	9
Regularidade com ressalvas	8
Regularidade com ressalvas com recomendações	7
Regularidade com ressalvas e com determinações	6
Regularidade com ressalvas e com aplicação de multa	5
Irregularidade	4
Irregularidade com aplicação de multa	3
Irregularidade com aplicação de multa e recomendações	2
Irregularidade com aplicação de multa e determinações	1

Fonte: A autora (2016). Elaborado a partir dos dados do TCE/PR - Pedido de Acesso à Informação 1416/2015 (2015).

Muitas vezes a variável dependente é influenciada por variáveis que não são facilmente quantificáveis em escala bem definida, mais também por variáveis essencialmente qualitativas, chamadas de variáveis binárias ou de controle (Gujarati, 2006). Para esse estudo foram selecionadas as seguintes variáveis: população e controle interno na estrutura organizacional do município pesquisado. Essas variáveis indicam a presença ou ausência de qualidade ou atributo, para quantificar esse atributo as variáveis assumem valores 1 ou 0, em que 0, 1 indica a presença do atributo e 0 indica ausência.

3.6 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados coletados compreendeu as seguintes técnicas: (i) estatística descritiva (ii) análise de componentes principais, (iii) regressão linear e (iv) análise sem

modelo. Para os referidos procedimentos utilizou-se o *software Statistical Package for the Social Science- SPSS* versão 23.0© e planilha eletrônica.

a. Estatística Descritiva: A técnica de estatística descritiva viabiliza uma melhor compreensão do comportamento dos dados, sendo útil como ferramenta preliminar para sua descrição (Cooper& Schindler, 2003). Neste entendimento, Martins e Theóphilo (2007) afirmam que a estatística descritiva consiste no processo de organizar, sumarizar e descrever os dados, por meio de gráficos, tabelas e cálculo de medidas, com o objetivo de melhor compreender o comportamento de uma variável dentro de um conjunto de dados analisados.

b. Análise de Componentes Principais: é uma ferramenta estatística com grande poder informativo, utilizada para redução do número de variáveis de modo a oferecer uma visão ampla dos dados. Para Clemente (1989, p.81) a análise de componentes principais é baseada na diagonalização da matriz de variância-covariância. Um primeiro aspecto dos componentes principais, que os tornam mais justificados do que as variáveis originais para análise conjunta de dados, é que as variáveis originais podem conservar correlações entre si, correlações essas que são suprimidas nesse tipo de análise. As variáveis originais possuem a mesma importância estatística, mas os componentes principais possuem importância estatística decrescente. (Hair *et al.* 2005).

c. Análise de Regressão: Análise de regressão múltipla é uma técnica estatística usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e várias variáveis independentes (Hair *et al.*, 2005). Neste estudo buscou-se conhecer em que medida as notas atribuídas pelo MPF aos portais eletrônicos estavam relacionadas aos acórdãos proferidos pelo TCE/PR acerca do julgamento das contas municipais do Estado do Paraná. Observado ainda o comportamento dos resultados diante da inclusão das variáveis binárias população e controle interno.

d. Análise Sem Modelo: Leitura horizontal dados para inferir se os resultados da análise componentes principais estão presentes nas contas julgadas com maior regularidade e nas contas julgadas com maior irregularidade.

3.7 HIPÓTESE DA PESQUISA

Fachin (2006) menciona que a hipótese consiste na passagem dos fatos particulares para um esquema geral, ou seja, são supostas respostas para o problema em questão.

Para fornecerem respostas confiáveis à pesquisa científica, as hipóteses devem estar bem formuladas. Por meio da análise das evidenciações dos dados empíricos, verifica-se a validade de resposta existente para um problema (Martins, 2002). Com base nas colocações

efetuadas por Martins (2002) e na tentativa de encontrar uma resposta ao problema de pesquisa, relacionam-se no quadro 7, as hipóteses propostas para esta pesquisa:

Quadro 7 Hipóteses para teste

Hipótese	Descrição
H1	Nível de divulgação nos portais eletrônicos e regularidade das contas públicas municipais são positivamente relacionados.
H2	A presença de controle interno fortalece a relação entre divulgação nos portais eletrônicos e regularidade das contas públicas municipais.

Fonte: elaborada pela autora (2016)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo destina-se a apresentar os processos de desenvolvimento da pesquisa por meio de da caracterização da avaliação do MPF aos portais eletrônicos municipais, tratamento estatístico caminhando para a análise e apresentação dos resultados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO MPF AOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS E CAPITAIS BRASILEIRAS.

O Ministério Público Federal, por meio do sítio institucional, esclareceu à população a metodologia empregada para avaliação dos portais eletrônicos dos municípios e estados brasileiros e apresentou a ferramenta desenvolvida e utilizada para traçar o diagnóstico do índice de transparência nacional.

O MPF (2015):

O questionário aplicado pelas unidades do Ministério Público Federal no Brasil inteiro foi elaborado no bojo da ação nº 4 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) do ano de 2015, por representantes do Ministério Público Federal (MPF), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), Banco Central, entre outras instituições de controle e fiscalização.

O questionário formulado a várias mãos pelas instituições de controle é essencialmente baseado nas exigências legais, à exceção dos dois itens finais que são considerados “boas práticas de transparência (MPF,2015)

Optou-se por fazer um questionário abrangente, porém enxuto. Não estão previstos no questionário 100% das exigências legais, por questões de praticidade na hora da aplicação. Porém, é possível dizer que o cerne das leis de transparência foi avaliado e aqueles que obtiveram pontuação elevada estão com níveis muito satisfatórios de transparência (MPF,2015).

Observa-se que o instrumento utilizado foi composto com dezesseis questões devidamente fundamentadas, sendo que algumas contêm questionamentos fracionados e desta forma nota-se uma somatória de trinta e dois itens de avaliação, conforme apresentado no anexo I.

4.2 ANÁLISES DE ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS AVARIÁVEIS

Para caracterizar as notas atribuídas pelo MPF aos 399 municípios do Estado do Paraná são apresentados os valores mínimos, máximos, médias e desvio padrões das trinta e duas variáveis. Os resultados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 Estatísticas Descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
TR_AT1	399	0	2	1,66	,753
TR_AT2	399	2	2	2,00	0,000
RECEIT	399	0	10	5,31	4,996
DESP_EMP	399	0	4	2,25	1,987
DESP_LIQ	399	0	3	1,64	1,495
DESP_PGTO	399	0	4	2,22	1,991
DESP_FAVOREC	399	0	4	2,26	1,986
LIC_EDITAIS	399	0	4	1,79	1,992
LIC_RESULT	399	0	3	1,20	1,472
LIC_CONTR	399	3	3	3,00	0,000
PROC_MODALID	399	0	1	,73	,446
PROC_DATA	399	0	1	,72	,447
PROC_VALOR	399	0	2	1,16	,988
PROC_EDITAL	399	0	1	,58	,494
PROC_OBJETO	399	0	1	,73	,446
PREST_ANOANT	399	0	2	,46	,843
PREST_RREO	399	0	3	,95	1,399
PREST_RGF	399	0	3	,97	1,405
PREST_ESTAT	399	0	2	,05	,297
ACESSO_RELAT	399	0	2	,62	,927
SIC_EXIST	399	0	1	,20	,397
SIC_ÓRGÃO	399	0	1	,17	,374
SIC_ENDEREÇO	399	1	1	1,00	0,000
SIC_TELEFONE	399	0	1	,29	,455
SIC_HORÁRIO	399	0	1	,22	,412
E_SIC	399	0	8	4,67	3,948
SIC_ACOMPAN	399	7	7	7,00	0,000
SIC_SIMPLICID	399	0	5	2,79	2,486
ESTR_ORGANIZ1	399	0	2	,47	,850
ESTR_ORGANIZ2	399	0	2	,51	,874
REMUNERAÇÃO	399	0	10	3,03	4,602
DIÁRIAS_PASS	399	0	5	1,34	2,218

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observa-se dos resultados que quatro variáveis apresentam valor constante para todos os municípios paranaense, devendo por isso, serem excluídas da análise estatística. Desta forma na busca da harmonização dos dados uma depuração foi realizada efetuando-se exclusão das variáveis: TR_AT2; LIC_CONT; SIC_END e SIC_ACOMPAN. Diante desse ponto consideram-se vinte e oito variáveis originais.

4.3 ANÁLISES DE COMPONENTES PRINCIPAIS

Os componentes principais das vinte e oito variáveis consideradas originais foram extraídos e rotacionados pelo método de Rotação para maximizar a variância (VARIMAX), com normalização Kaiser, conforme resultados apresentados na tabela 2.

Tabela 2 Matriz de componentes rotacionada.

	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
TR_AT1	,504	,269	,012	,095	,234	,107
RECEIT	,796	,206	,003	,114	-,013	,088
DESP_EMP	,919	,186	-,008	,127	,013	-,029
DESP_LIQ	,903	,174	-,037	,102	-,019	,000
DESP_PGTO	,921	,195	-,017	,101	,037	-,023
DESP_FAVOREC	,921	,162	-,031	,116	,024	-,026
LIC_EDITAIS	,115	,614	,084	,066	,071	,100
LIC_RESULT	,462	,423	,123	,100	-,094	,188
PROC_MODALID	,301	,882	,042	,067	,076	,017
PROC_DATA	,295	,880	,038	,074	,071	,021
PROC_VALOR	,215	,861	,047	,087	,075	,045
PROC_EDITAL	,215	,861	,047	,087	,075	,045
PROC_OBJETO	,301	,879	,043	,067	,076	,018
PREST_ANOANT	,190	,041	,159	,659	,061	,142
PREST_RREO	,286	,147	,035	,862	,046	,015
PREST_RGF	,283	,158	,061	,860	,053	,032
PREST_ESTAT	,156	-,038	-,189	,105	,166	,399
ACESSO_RELAT	,480	,163	,014	,202	,168	-,053
SIC_EXIST	,014	,070	,864	,021	,123	,032
SIC_ÓRGÃO	,006	,051	,839	,029	,129	,114
SIC_TELEFONE	,072	,054	,881	,080	,028	,021
SIC_HORÁRIO	,011	,072	,861	,135	,082	,046
E_SIC	,025	,139	,198	,062	,923	,020
SIC_SIMPLICID	,060	,151	,166	,075	,926	,008
ESTR_ORGANIZ1	,037	,096	,102	-,020	-,010	,767
ESTR_ORGANIZ2	-,100	,138	,254	,102	-,084	,639
REMUNERAÇÃO	,508	,230	,052	,155	-,054	,189
DIÁRIAS_PASS	,443	,166	,111	,161	,009	-,018
Método de Extração: Análise de Componente Principal.						
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.						

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os seis componentes principais, de acordo com as variáveis mais significativas em suas composições, podem ser nomeados como:

Componente 1 – Despesa

Componente 2 – Processos licitatórios

Componente 3 – Serviço de informação ao cidadão

Componente 4 – Prestação de contas

Componente 5 – Serviço eletrônico de informação ao cidadão

Componente 6 – Estrutura organizacional

O total de variação explicada pelos seis componentes principais alcança 68,7% conforme tabela 3.

Tabela 3 Variância total explicada

Compo nente	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variânci a	% cumul ativa	Total	% de variânci a	% cumulati va	Total	% de variância	% cumul ativa
1	8,899	31,784	31,784	8,899	31,784	31,784	5,759	20,567	20,567
2	3,556	12,699	44,483	3,556	12,699	44,483	4,851	17,325	37,892
3	2,517	8,991	53,473	2,517	8,991	53,473	3,227	11,525	49,417
4	1,661	5,931	59,404	1,661	5,931	59,404	2,180	7,787	57,204
5	1,501	5,360	64,764	1,501	5,360	64,764	1,923	6,867	64,070
6	1,110	3,963	68,728	1,110	3,963	68,728	1,304	4,657	68,728
7	,972	3,471	72,199						
8	,941	3,361	75,560						
9	,803	2,867	78,427						
10	,747	2,669	81,096						
11	,708	2,530	83,626						
12	,672	2,399	86,025						
13	,622	2,221	88,246						
14	,551	1,968	90,214						
15	,533	1,904	92,117						
16	,507	1,811	93,928						
17	,364	1,299	95,227						
18	,314	1,120	96,347						
19	,264	,943	97,290						
20	,237	,845	98,135						
21	,134	,478	98,613						
22	,114	,408	99,021						
23	,105	,376	99,397						
24	,090	,322	99,718						
25	,054	,194	99,913						
26	,019	,069	99,982						
27	,005	,018	100,00 0						
28	- 5,291E -17	-1,890E- 16	100,00 0						
Método de Extração: Análise de Componente Principal.									

Fonte: dados da pesquisa (2017)

4.4 ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR

Com o intuito de analisar a relação das notas do TCE/PR sobre os seis componentes principais e variáveis binárias *dummies* população e CI, utiliza-se nesta pesquisa o procedimento de análise de Regressão Linear Multivariada, e a sumarização do modelo é apresentado na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 Sumarização do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,163 ^a	,027	-,112	3,1907

a. Preditores: (Constante), POPUL, COM_SICSIMPL, COMP_SIC, COMP_DESP, CI, COMP_PREST, COMP_PROC, COMP_ESTR

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nota-se que os resultados são pífios, pois o R^2 , que mede o grau de ajustamento da reta de regressão a amostra e indica a proporção de quanto às variáveis independentes influenciam na variável dependente, apresenta-se inferior a 3%.

Torna-se necessário, acerca da H1, não rejeitar a hipótese nula de irrelevância de cada uma dessas variáveis como fonte de explicação das notas do TCE/PR, conforme se pode observar na tabela 5, o nível de significância é superior a 5%.

Tabela 5 Nível de significância

ANOVA ^a						
Modelo		Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	15,654	8	1,957	,192	,991 ^b
	Resíduo	570,100	56	10,180		
	Total	585,754	64			
a. Variável Dependente: NOTA_TCE						
b. Preditores: (Constante), POPUL, COM_SICSIMPL, COMP_SIC, COMP_DESP, CI, COMP_PREST, COMP_PROC, COMP_ESTR						

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Diante dos resultados encontrados na primeira análise de Regressão opta-se por nova etapa de testes com a substituição dos componentes principais pelas vinte e oito variáveis originais e com diagnóstico de colinearidade. O *software* SPSS, automaticamente, no processamento dos dados operacionalizou a exclusão das variáveis: DESP_EMP; PROC_MODALID e PROC_VALOR, tendo em vista que estas apresentam colinearidade perfeita. Observa-se que em conjunto as variáveis independentes oferecidas na regressão apresentam poder de explicação de apenas de 24,5% e nível de significância novamente apresentar-se superior a 5%, consoantes tabelas 6 e 7.

Tabela 6 Sumarização do modelo – 2ª rodada de testes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,495 ^a	,245	-,306	3,45758

a. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, PROC_OBJETO, LIC_RESULT, DESP_LIQ, PREST_RREO, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE, PROC_EDITAL, PREST_RGF, E_SIC, DESP_PGTO, PROC_DATA, DESP_FAVOREC

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Tabela 7 Nível de significância – 2ª rodada de testes

ANOVA ^a						
Modelo		Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	143,423	27	5,312	,444	,984 ^b
	Resíduo	442,331	37	11,955		
	Total	585,754	64			
a. Variável Dependente: NOTA_TCE b. b. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, PROC_OBJETO, LIC_RESULT, DESP_LIQ, PREST_RREO, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE, PROC_EDITAL, PREST_RGF, E_SIC, DESP_PGTO, PROC_DATA, DESP_FAVOREC						

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Do exposto, desse ponto adiante se busca a regressão significativa que represente a verdade dos fatos e, assim sendo, cabe observar o comportamento fator de inflação da variância (VIF). Ressalta-se o VIF traduz o valor de tolerância, o qual expressa diretamente o grau de multicolinearidade em um impacto sobre o processo de estimação (Hair *et al*, 2005). A tabela 8 apresenta os VIFs das variáveis independentes dessa etapa de teste.

Tabela 8 VIF das variáveis – 2ª rodada

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
		B	Erro Padrão				Tolerância	VIF
1	(Constante)	6,067	1,234		4,917	,000		
	TR_AT1	,781	,779	,208	1,003	,322	,474	2,111
	RECEIT	-,007	,163	-,012	-,045	,964	,278	3,592
	DESP_LIQ	-,402	,909	-,199	-,443	,660	,101	9,905
	DESP_PGTO	-,359	,955	-,236	-,376	,709	,052	19,279
	DESP_FAVOREC	,907	1,208	,588	,751	,458	,033	30,045
	LIC_EDITAIS	-,314	,385	-,205	-,815	,421	,323	3,099
	LIC_RESULT	-,335	,467	-,154	-,717	,478	,440	2,272
	PROC_DATA	-,849	4,061	-,135	-,209	,835	,049	20,500
	PROC_EDITAL	-,024	1,901	-,004	-,012	,990	,205	4,885
	PROC_OBJETO	1,708	3,782	,269	,452	,654	,057	17,410
	PREST_ANOANT	-,361	,943	-,104	-,383	,704	,278	3,592
	PREST_RREO	-,304	,868	-,147	-,350	,728	,117	8,582
	PREST_RGF	,609	,768	,288	,793	,433	,155	6,469

[illegible]

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Percebe-se dos resultados que quatro variáveis apresentam VIF acima de 10, e por consequência inflacionam significativamente o erro padrão. Desta forma persistindo a busca pela regressão significativa uma nova depuração foi realizada efetuando-se exclusão das variáveis: DESP PGTO; DESP FAVOREC; PROC DATA e PROC OBJETO.

Após o procedimento de depuração uma nova etapa de teste é realizada e os resultados são apresentados nas tabelas 9, 10 e 11.

Tabela 9 Sumarização do modelo – 3ª rodada de testes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,488 ^a	,238	-,250	3,38265

a. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, LIC_RESULT, PROC_MODALID, DESP_LIQ, PREST_RREO, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE, PROC_EDITAL, PREST_RGF, E_SIC, DESP_EMP

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 10 Nível de significância – 3ª rodada de testes

ANOVA ^a						
Modelo		Soma dos Quadrados	Gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	139,502	25	5,580	,488	,969 ^b
	Resíduo	446,252	39	11,442		
	Total	585,754	64			

a. Variável Dependente: NOTA_TCE

b. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, LIC_RESULT, PROC_MODALID, DESP_LIQ, PREST_RREO, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE.

a. **Variável Dependente: NOTA TCE**

b. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, LIC_RESULT, PROC_MODALID, DESP_LIQ, PREST_RREQ, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE.

PROC_EDITAL, PREST_RGF, E_SIC, DESP_EMP

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 11 VIF das variáveis – 3ª rodada de testes

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
		B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	6,294	1,143		5,507	,000		
	TR_AT1	,740	,744	,197	,995	,326	,497	2,013
	RECEIT	,002	,158	,004	,014	,989	,282	3,547
	DESP_EMP	,525	,692	,340	,758	,453	,097	10,302
	DESP_LIQ	-,323	,864	-,160	-,373	,711	,107	9,365
	LIC_EDITAIS	-,312	,372	-,204	-,838	,407	,331	3,025
	LIC_RESULT	-,356	,453	-,164	-,785	,437	,448	2,232
	PROC_MODALID	,664	1,732	,106	,383	,704	,257	3,895
	PROC_EDITAL	-,076	1,832	-,013	-,041	,967	,211	4,738
	PREST_ANOANT	-,513	,826	-,147	-,621	,538	,348	2,874
	PREST_RREO	-,099	,675	-,048	-,147	,884	,184	5,433
	PREST_RGF	,523	,707	,247	,739	,464	,175	5,727
	PREST_ESTAT	2,714	2,184	,223	1,243	,221	,609	1,642
	ACESSO_RELAT	,464	,670	,141	,693	,493	,474	2,108
	SIC_EXIST	1,893	2,085	,195	,908	,369	,421	2,373
	SIC_ÓRGÃO	2,485	2,412	,257	1,030	,309	,315	3,177
	SIC_TELEFONE	-1,986	1,909	-,272	-1,040	,305	,286	3,499
	SIC_HORÁRIO	,366	2,136	,046	,171	,865	,274	3,643
	E_SIC	-,019	,261	-,025	-,073	,942	,162	6,171
	SIC_SIMPLICID	-,078	,427	-,063	-,182	,856	,161	6,203
	ESTR_ORGANIZ1	,453	,675	,109	,671	,506	,741	1,349
	ESTR_ORGANIZ2	-,098	,680	-,025	-,144	,886	,632	1,582
	REMUNERAÇÃO	-,202	,149	-,315	-1,362	,181	,365	2,743
	DIÁRIAS_PASS	-,128	,254	-,100	-,503	,618	,498	2,008
	POPUL	-,661	1,087	-,109	-,608	,547	,613	1,631
	CI	-,090	1,202	-,013	-,075	,941	,631	1,584

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nota-se dos resultados que o poder de explicação das variáveis apresenta-se inferior a 23,8%, assim como o nível de significância permanece superior a 5%. Contudo mesmo após procedimento de depuração uma variável ainda apresenta VIF acima de 10, e por consequência inflacionam o erro padrão. O *software* SPSS, automaticamente, no processamento dos dados operacionalizou a exclusão da variável PROC_VALOR; tendo em vista que esta apresenta colinearidade perfeita.

Por fim com intuito de ajustar os dados para nova etapa de testes a variável DESP_EMP foi excluída devido o seu VIF ter apresentado resultado superior a 10. Após o procedimento de depuração a quarta rodada de testes é realizada e os resultados são apresentados nas tabelas 12, 13 e 14.

Tabela 12 Sumarização do modelo – 4ª rodada de testes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,476 ^a	,227	-,237	3,36462

a. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, LIC_RESULT, PROC_MODALID, DESP_LIQ, PREST_RREO, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE, PROC_EDITAL, PREST_RGF, E_SIC

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 13 Nível de significância – 4ª rodada de testes

ANOVA ^a						
Modelo		Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	132,927	24	5,539	,489	,967 ^b
	Resíduo	452,827	40	11,321		
	Total	585,754	64			
a. Variável Dependente: NOTA_TCE b. Preditores: (Constante), CI, SIC_SIMPLICID, REMUNERAÇÃO, POPUL, SIC_HORÁRIO, ESTR_ORGANIZ1, PREST_ESTAT, ESTR_ORGANIZ2, TR_AT1, PREST_ANOANT, LIC_EDITAIS, DIÁRIAS_PASS, SIC_EXIST, ACESSO_RELAT, LIC_RESULT, PROC_MODALID, DESP_LIQ, PREST_RREO, SIC_ÓRGÃO, RECEIT, SIC_TELEFONE, PROC_EDITAL, PREST_RGF, E_SIC						

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Tabela 14 VIF das variáveis – 4ª rodada de testes

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
		B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	6,280	1,137		5,525	,000		
	TR_AT1	,842	,728	,225	1,157	,254	,514	1,947
	RECEIT	,035	,151	,058	,230	,819	,304	3,286
	DESP_LIQ	,207	,506	,102	,409	,685	,308	3,245
	LIC_EDITAIS	-,370	,362	-,242	-1,022	,313	,345	2,896
	LIC_RESULT	-,358	,450	-,165	-,795	,432	,448	2,232
	PROC_MODALID	,785	1,715	,125	,457	,650	,259	3,862
	PROC_EDITAL	-,067	1,822	-,011	-,037	,971	,211	4,737
	PREST_ANOANT	-,674	,794	-,193	-,849	,401	,372	2,685
	PREST_RREO	-,043	,668	-,021	-,065	,949	,186	5,367
	PREST_RGF	,575	,700	,272	,822	,416	,176	5,673
	PREST_ESTAT	2,764	2,172	,227	1,273	,210	,610	1,641
	ACESSO_RELAT	,564	,653	,171	,864	,393	,494	2,026
	SIC_EXIST	2,187	2,038	,226	1,073	,290	,437	2,291
	SIC_ÓRGÃO	2,023	2,322	,209	,871	,389	,336	2,974
	SIC_TELEFONE	-1,998	1,899	-,274	-1,052	,299	,286	3,499
	SIC_HORÁRIO	,674	2,086	,084	,323	,748	,285	3,511
	E_SIC	-,004	,259	-,006	-,017	,987	,163	6,137
	SIC_SIMPLICID	-,089	,424	-,073	-,211	,834	,161	6,195
	ESTR_ORGANIZ1	,363	,661	,087	,549	,586	,765	1,307
	ESTR_ORGANIZ2	-,153	,673	-,040	-,228	,821	,640	1,564
	REMUNERAÇÃO	-,232	,142	-,362	-1,632	,110	,393	2,546

	DIÁRIAS_PASS	-,112	,252	-,087	-,444	,659	,501	1,994
	POPUL	-,539	1,070	-,088	-,504	,617	,627	1,595
	CI	-,132	1,194	-,019	-,110	,913	,633	1,581
a. Variável Dependente: NOTA_TCE								

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os resultados da última etapa de testes coadunam com os resultados anteriores mesmo após a exclusão de todas as variáveis que inflacionavam o erro padrão, evidencia-se que poder de explicação afere o índice inferior a 25% e que o nível de significância associado a todas as variáveis independentes consideradas é superior a 5%.

Por fim, nota-se que tanto a regressão sobre os componentes principais quanto a regressão sobre as variáveis originais consideradas não apresentam indicação de que as variáveis utilizadas pelo MPF para mensurar a transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos municipais mostram-se como relevantes para explicar julgamento das contas proferidos pelo TCE. Diante da ausência de evidências estatísticas relativas à relação entre a mensuração da transparência e o julgamento das contas, torna-se impossível averiguar a influência que a presença do CI poderia exercer sobre tal relação, situação que por consequência inviabiliza testar H2.

4.5 ANÁLISE SEM MODELO

Com a finalidade de explorar as possibilidades das relações entre as percepções do MPF e do TCE/PR realiza-se análise sem modelo com apresentação de leitura horizontal dos dados para inferir se os resultados da análise componentes principais estão presentes nas contas julgadas com maior regularidade e nas contas julgadas com maior irregularidade e ainda verificar se há influência da presença do CI nessas relações. Espera-se que os municípios com contas julgadas com maior regularidade estejam relacionados aos municípios que obtiveram os melhores coeficientes resultantes da análise de componentes principais, assim como se espera que os municípios com contas julgadas com maior irregularidade estejam relacionados aos municípios que obtiveram os piores coeficientes apresentados na análise de componentes principais.

Destaca-se que dos municípios que compõem a amostra da pesquisa, vinte e três obtiveram contas julgadas com maior regularidade e três municípios obtiveram contas julgadas com maior irregularidade e estes respectivamente compõem a análise sem modelo.

Tabela 15 Sumarização da análise sem modelo

Classificação	TCE/PR	C1	C2	C3	C4	C5	C6	CI=1*	CI=0**
+Regularidade	23	11	4	6	11	8	6	17	6
+Irregularidade	3	0	0	0	0	0	1	0	3
+Regularidade (%)	100%	47,8%	17,4%	26,1%	47,8%	34,8%	26,1%	74%	26,1%
+Irregularidade (%)	100%	0%	0%	0%	0%	0%	33,3%	0%	100%

Fonte: Elaborada pela Autora (2017)

CI=1 * presença de controle interno na estrutura organizacional do município da amostra.

CI=1 ** ausência de controle interno na estrutura organizacional do município.

Diante dos resultados apresentados na tabela 15, infere-se que não é possível afirmar relação relevante entre os componentes principais e os julgamentos das contas com maior regularidade. Percebe-se influência inferior a 50% nos componentes 1 e 4 que tratam de despesa e prestação de contas respectivamente. Entretanto observa-se que o CI está presente em 74% dos municípios que tiveram as contas aprovadas com maior regularidade. Desta forma nota-se que a presença no CI influencia nas contas julgadas regulares pelo TCE/PR.

Ainda sobre os resultados nota-se que os municípios que tiveram os julgamentos das contas com maior irregularidade não obtiveram os piores coeficientes na análise de componentes principais, exceto para componente 6, que versa sobre estrutura organizacional, que apresenta essa relação com índice de 33,3%. Entretanto o resultado não é substancial para caracterizar associação. Contudo observa-se que os municípios com as contas julgadas com maior irregularidade não possuem CI na estrutura organizacional, e reforça a inferência de que a presença do CI influencia na qualidade das contas julgadas pelo TCE/PR.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresentam-se as conclusões, limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas, destacando-se os principais achados da pesquisa pelas evidências apresentadas nos resultados da análise.

5.1 CONCLUSÕES

A transparência na administração pública é um corolário do princípio da supremacia do interesse público e está pautada, em especial, no princípio da legalidade.

Destarte considerando que os órgãos de controle externo se baseiam nos mesmos instrumentos jurídicos para realização das suas atividades de análise e julgamentos, a *diclosure* e a *accountability* da gestão pública, contíguas à exigência legal da presença do controle interno, foi oportuno no estudo identificar se os olhares desses órgãos distintos convergem e, assim, contribuem para legitimar a gestão pública dos municípios do Estado do Paraná. Então, a partir da Teoria Institucional, esta pesquisa foi norteada pela seguinte inquietação: Qual é a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos, julgamento da qualidade das contas públicas e a presença de controle interno nos municípios do Estado do Paraná?

O estudo apresentou como objetivo geral identificar a relação entre avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos realizada pelo MPF, julgamento da qualidade das contas públicas proferidos pelo TCE/PR e a presença de controle interno na estrutura organizacional nos municípios do Estado do Paraná.

Visando atender essa perspectiva foi proposto o primeiro objetivo específico que versa sobre a identificação e análise da metodologia e variáveis utilizadas pelo Ministério Público Federal (MPF) para aferição do nível de transparência nos portais eletrônicos dos municípios e capitais brasileiras. Assim notou-se que a ferramenta utilizada pelo MPF, que consta do anexo I, está fortemente fundamentada na LAI - lei 12.527/11. Nota-se ainda que apesar do ordenamento legal citado, dispensar a divulgação obrigatória na internet para os municípios com menos de 10.000 habitantes o avaliador pontuou o nível de divulgação considerando como boa prática de transparência.

Entretanto o estudo de verificação de atendimento a LAI realizado por Comim *et al* (2016) evidenciou da sua amostra que nenhum município avaliado apresentou em suas páginas eletrônicas todas as informações necessárias. O nível médio de atendimento

verificado foi de 69,43%. Bonsón *et. al.* (2012) pesquisaram o uso de ferramentas web 2.0 e mídias sociais em governos locais da União Europeia, a fim de determinar se elas são utilizadas para fins de ampliar a transparência e a *e-participação*. Observou-se que a maioria dos governos pesquisados não está utilizando estes meios com vistas a se tornarem mais transparentes.

Cabe ressaltar que os municípios com população inferior a dez mil habitantes não estão dispensados da divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Desta forma percebe-se que o ordenamento legal impõe a divulgação dos atos orçamentários independente do quantitativo populacional de cada município brasileiro. Logo se infere que não há *disclousure* voluntário e sim obrigatório para as informações acerca da execução orçamentária. Por fim, considera-se após análise que a metodologia e o instrumento utilizado pelo MPF foram elaborados de forma consistente e por consequência o diagnóstico apresentado por meio de atribuição de notas aos portais eletrônicos de cada municipalidade é relevante e contribui para a prevenção da corrupção e para o fortalecimento da participação democrática no país.

Para atender o segundo objetivo específico diante da relação de contas julgadas pelo TCE/PR em 2015 foram atribuídas notas de 10 a 1, sendo atribuída nota máxima para os municípios com maior regularidade e nota mínima aos municípios com maior irregularidade. Observou-se que vinte e três municípios obtiveram a nota máxima e três lograram a nota mínima. Destaca-se que esta pesquisa não teve o intuito de verificar a metodologia utilizada para elaboração dos acórdãos do TCE/PR e desta forma os dados recebidos do órgão foram classificados em notas conforme desempenho aferido pelos acórdãos. O estudo realizado por Dalto *et al* (2014) verificou os acórdãos de irregularidade proferidos pelo TCU e os resultados concluíram que as irregularidades encontradas foram recorrentes e relacionam-se à ausência da utilização dos instrumentos de controle da Administração Pública.

O terceiro objetivo específico tratou de analisar a relação entre a avaliação da divulgação das informações por meio de portais eletrônicos e o julgamento da qualidade das contas públicas dos municípios do Estado do Paraná. Para realização de testes estatísticos as variáveis utilizadas pelo MPF foram reduzidas em seis componentes principais primeiramente e notou-se que o total de variação explicada pelos seis componentes principais alcança 68,7%.

A primeira etapa de testes aferiu relação das notas do TCE/PR sobre os seis componentes principais e variáveis binárias *dummies* população e CI, os resultados apresentados são pífios, pois o R^2 mostra-se inferior a 3% e o nível de significância foi

superior a 5%, o que se torna necessário não rejeitar a hipótese nula de irrelevância de cada uma dessas variáveis como fonte de explicação das notas do TCE/PR.

Diante dos resultados encontrados na primeira análise de regressão optou-se por nova etapa de testes com a substituição dos componentes principais pelas variáveis originais consideradas, desta forma foram realizadas mais três etapas de testes estatísticos, com a depuração das variáveis que inflacionavam significativamente o erro padrão. Essa operacionalização deu-se com o intuito de alcançar teste de regressão significativo a realidade dos fatos.

Os resultados por fim mostraram que tanto a regressão sobre os componentes principais quanto à regressão sobre as variáveis originais consideradas não apresentam indicação de que as variáveis utilizadas pelo MPF para mensurar a transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos municipais mostram-se como relevantes para explicar julgamento das contas proferidas pelo TCE. Diante da ausência de evidências estatísticas relativa à relação entre a mensuração da transparência e o julgamento das contas, torna-se impossível realizar a averiguação do último objetivo específico que trata da verificação da influência que a presença do CI poderia exercer sobre tal relação.

Contudo, ainda com fito de explorar as possibilidades das relações entre as percepções do MPF e do TCE/PR realizou-se análise sem modelo com apresentação da leitura horizontal dos dados para inferir se os resultados da análise de componentes principais estavam presentes nas contas julgadas com maior regularidade e nas contas julgadas com maior irregularidade e também verificar se há influência da presença do CI nessas relações, entretanto os resultados apresentados mostraram que não é possível afirmar relação relevante entre os componentes principais e os julgamentos das contas com maior regularidade. Assim como não é possível confirmar relação entre os componentes principais e contas julgadas com maior irregularidade

Entretanto observa-se que o CI está presente em 74% dos municípios que tiveram as contas aprovadas com maior regularidade e observou-se ainda que os municípios com as contas julgadas com maior irregularidade não possuem CI na estrutura organizacional, e essa evidência reforça a inferência de que a presença do CI influencia na qualidade das contas julgadas pelo TCE/PR. Corrobora com esse indício a pesquisa de Monteiro (2015) que abordou na sua conclusão sobre a premissa de que o controle interno é importante no contexto do setor público é verdadeira, não apenas como forma de apoiar a gestão, mas também como elemento de mudança na realidade do setor que precisa de melhorias.

Por fim conclui-se do exposto que os órgãos de controle externos distintos não possuem as mesmas percepções e desta forma os olhares não se cruzam. Todavia cabe salientar que não há menção de que os dados divulgados nos portais eletrônicos avaliados pelo MPF foram auditados e por isso não é possível inferir se o divulgado corresponde ao realizado.

5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Para pesquisa optou-se por analisar a gestão dos municípios do Estado do Paraná no período de gestão municipal 2013 a 2016. No que diz respeito à extensão temporal da pesquisa, abrange-se somente os eventos ocorridos no ano de 2015, ou seja, a quantificação das notas atribuídas pelo MPF às divulgações das informações sem portais eletrônicos dos municípios do Estado do Paraná e a qualidade das Contas Públicas, julgadas em 2015, classificadas segundo os acórdãos do Tribunal de Contas do Paraná. Cabe salientar que as contas municipais julgadas no ano de 2015 correspondem às contas municipais do exercício de 2013. Essa condicionante limitou a mostra em sessenta e cinco municípios. Entretanto destaca-se que amostra contempla todas as contas municipais do exercício 2013 que foram julgadas em 2015 pelo TCE/PR.

O levantamento dos dados para avaliar a presença do controle interno na estrutura organizacional dos municípios foi realizado com base na disponibilidade de informações das *home pages* das prefeituras analisadas. Sendo que cinco instituições apresentaram problemas de acesso às informações, as consultas foram redirecionadas as páginas com avisos de erro ou em construção. Desta forma a pesquisadora discricionariamente atribuiu à menção de ausência da informação de controle interno municipal.

Salienta-se que não há menção de que os dados divulgados nos portais eletrônicos avaliados pelo MPF foram auditados e por isso não é possível inferir se o divulgado corresponde ao realizado.

5.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Finalmente, a expectativa desse trabalho é que os resultados obtidos possam contribuir teórica e empiricamente para compreender e colocar em discussão o nível de congruência da visão de órgãos de controle externo distintos e a influência do controle interno na gestão pública.

Pretende-se ainda contribuir com informação a sociedade para o fortalecimento da democracia e combate a corrupção. Considera-se importante que o contribuinte observe e compreenda a qualidade das contas públicas e a transparência das informações em sua municipalidade, pois com base no conhecimento acredita-se que as deliberações e escolhas possam ser mais acertadas.

Porém, atendendo as limitações metodológicas da pesquisa, futuros trabalhos nesta temática podem considerar: (i) empregar a metodologia aplicada neste estudo considerando amostras maiores, como forma de consolidar os resultados aqui apresentados e (ii) considerar a metodologia aplicada neste estudo acrescentando outras variáveis como o IDH e PIB.

REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. L. & Loureiro, M. R. (2004) Finanças públicas, democracia e *accountability*: debate teórico o caso brasileiro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 75-102.
- Armstrong, E. (2005) *Integrity, Transparency and Accountability in Public Administration: Recent Trends, Regional and International developments and Emerging Issues. Economic & Social Affairs. United Nations.*
- Asazu, C. Y & Abrucio, F. L. (2003). A gênese da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): a construção de uma agenda. Anais.26. Enanpad, Atibaia/SP.
- Avelino, B. C.; Bressan, V. G. F. & Cunha, J. V.A (2013). Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(3), 274-290.
- Bakar, N. B. A & Saleh, Z (2011). *Incentives for disclosure of accounting information in public sector: a literature survey.* International Research Journal of Finance and Economics, 75(1), 24-38.
- Barreto, P. H T. (2004). O Sistema Tribunais de Contas e Instituições Equivalentes: Um estudo comparativo entre o modelo brasileiro e o da União Européia, Rio de Janeiro, *Revista dos Tribunais*.
- Bernardoní, D,L & Cruz, J.A.W (2010). Planejamento e orçamento na administração pública, (2), Curitiba: Ibpx
- Bonifácio, R. (2013). A afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: identificando os perfis associados à aceitação do 'rouba, mas faz' no Brasil, *Opinião Pública*, Campinas, 19(2), 320-345.
- Bonsón, E.; Torres, L.; Royo, S & Flores, F.; Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. *Government Information Quarterly*, v. 29, issue 2, p. 123-132, april 2012.
- Boxenbaum, E & Jonsson, S. Isomorphism, Diffusion and Decoupling. In: GREENWOOD, Royston; Oliver, C; Sahlin, K.; Suddaby, R. *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*. London: Sage Publications, 2008. p. 78-98
- Brambor, T & ; Ceneviva, R. (2012) Reelection e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos Estudos – CEBRAP*, 93, 9-21.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Brasil. Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009. Lei da Transparência. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009.
- Brasil. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.
- Brasil. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2000.
- Calixto, G. E. & Velasquez, M. D. P. (2005). Sistema de controle interno na administração pública federal. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, Santa Maria, 63–81.

- Campagnoni, M., Carvalho, R. D., Lyrio, M. V. L., Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2016). Transparência no Poder Legislativo Municipal: uma Análise dos Portais Eletrônicos das Câmaras de Vereadores das Capitais Brasileiras. *Revista Gestão Organizacional*, 9(1), 21-42.
- Campos, A. M. (1990). *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, FGV, Rio de Janeiro, 24(2), 30-50.
- Carvalho Filho, J. S. (2006) Manual de Direito Administrativo. (15). Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- Carvalho, J. B. & Flores, P. C. A (2007) Organização do Sistema de Controle Municipal. (4)
- Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Clemente, A. Pesquisas de variáveis múltiplas. Curitiba: Scientia et Labor, 1989
- Comin, D., Ramos, F. M., Zucchi, C., Favretto, J., & Fachi, C. C. P. (2016). A Transparência Ativa nos Municípios de Santa Catarina: Avaliação do Índice de Atendimento à Lei de Acesso à Informação e suas Determinantes. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(46), 24-34.
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2003). Métodos de pesquisa em administração (7a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Corbari, E. C; Macedo, J. J (2011) Controle interno e externo na administração pública. (1) Curitiba: Ibpx.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M., & Macedo, M. A. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.
- Cruz, C. F.; Silva, L. M. & Santos, R. (2009) Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12, (3), p. 102-115.
- Dalto, C. C., Nossa, V., & Martinez, A. L. (2014). Recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). *Revista Universo Contábil*, 10(2), 6-23.
- Deegan, C; Rankin, M. (1996) *Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(2), 50-67.
- Dias Filho, J. M.; (2007) Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: EnANPAD, 31. Rio de Janeiro. *Anais*. ANPAD.
- Dimaggio, P. J., Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisted: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, v.48, p. 147-160.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1991): "The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields". in Powell, W.W. e Dimaggio, P.J. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 63-82.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (2005): A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 45 n. 2 p. 74-89.

- Downs, A. N. (1957) A Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, Chicago, 65(2), 135-150.
- Duarte, J.; Young, L. (2009) Why is PIN priced? *Journal of Financial Economics*, 91(2), 119-138.
- Fachin, O. (2006) Fundamentos de metodologia. (5) São Paulo: Saraiva.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L. & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus.
- Ferejohn, J. (1999) Accountability and authority. In PRZEWORKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B. Democracy, accountability, and representation. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferreira, A. R. (2009). Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação. In *Anais do Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Salvador: CLAD.
- Fêu, C. H. (2003). Controle interno na administração pública: um eficaz instrumento de prestação de contas. *Revista Jus Navigandi, Teresina*, 119-129.
- Fontes Filho, J. R. Estudo da validade da generalização das práticas de governança corporativa aos ambientes dos fundos de pensão: uma análise segundo as teorias da agência e institucional. 2004. 185 p. Tese (Doutorado em Administração)–Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.
- Gasparini, D. (2002). O estatuto da cidade. São Paulo: Nova Dimensão Jurídica.
- Gerigk, W.; Tarifa M.R; Almeida, L.B & Espejo, M.M. B. (2007) Controladoria pública municipal: uma perspectiva dos profissionais do controle externo. In: Congresso Brasileiro de Custos, (14) João Pessoa-PB. Anais.
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Welch, E. W. (2012). Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. *Public Administration Review*, 72(4), 562-571.
- Gujarati, D. N. Econometria Básica. 3 ed. Tradução de: Yoshida, E. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.
- Hair, J. F. *et al.* (2005) Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman.
- Herawaty, M; Hoque, Z. (2007) Disclosure in the annual reports of Australian government departments: a research note. *Journal of Accounting and Organizational Change*, 3(2) 147- 168.
- Hibbs, D. (1977) Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*, Chicago, 71, 1467-1487.
- Hoch, P. A.; Rigui, L. M. & Silva, R. L. (2012) Desafios à concretização da transparência ativa na internet, à luz da lei de acesso à informação pública: análise dos portais dos Tribunais Regionais Federais. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*. 1 (2), 257-286.
- IBGE. Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Metodológicas. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 11/12/2015.
- Ignácio, S. S. (2010). Avaliação da conexão entre as normas e práticas contábeis e fiscais no Brasil.
- Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Kim, P. S. (2008) A daunting task in Asia: The move for transparency and accountability in the Asian public sector. *Public Management Review*, 10, (4) , 527-537.

Intosai – International Organization of Supreme Audit Institutions - About Us. Disponível em <http://www.intosai.org/news.html> Acesso em: 15/05/ 2016.

Kerlinger, F. N. (1980) Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP.

Lanzana, A. P.; Silveira, A. D. M. & Famá, R. (2006) Existe relação entre disclosure e governança corporativa no Brasil? IN: *Encontro da ANPAD*, Salvador/BA.

Lélis, D. L. M; Mario, P. C. (2009) Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético. In: Congresso USP controladoria e contabilidade, (9), São Paulo. Anais Eletrônicos.

Leonel Junior R. S. (2011). Atores, trabalho institucional e a institucionalização da diversificação e das práticas sociais em uma cooperativa agroindustrial, no período de 1963-2003. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba – Paraná

Lindblom, C. K. (1994). *The Implications of Organizational Legitimacy for Corporate Social Performance and Disclosure. Critical Perspectives on Accounting*. In: Critical Perspectives on Accounting Conference. New York.

Lopes, J. E. G., Ribeiro Filho, J. F., Pederneiras, M. M. M. & Silva, F. D. C. (2008). Requisitos para aprovação de prestações de contas de municípios: aplicação de Análise Discriminante (AD) a partir de julgamentos do controle externo. *Contabilidade Vista & Revista*, 19(4), 59-83.

Lunkes, R. J.; Lyrio, M.V.L; Nunes, G.S.F; Giustina, K.A.D; Silva, K; (2015) Transparência no setor público municipal: uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras com base em um instrumento de apoio à decisão. *Revista da CGU*, 7, (10) ,88–108.

Machado, D.P (2014) A evidenciação ambiental como instrumento de gestão da legitimidade social em empresas brasileiras de capital aberto. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo-RS, Brasil.

Machado da Silva. C. L., & Gonçalves, S. A. (1999). Nota técnica: A teoria Institucional. In: CLEGG, S. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas. v. 3.

Martins, G. A. (2002) Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. (3) São Paulo: Atlas.

Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2007) Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.

Matias, A. B.; Campello, C. A. G. B.(2000) Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas.

Matias-Pereira, J. (2008) Curso de administração pública: teoria e prática (2) São Paulo: Atlas.

Medeiros, A. K.; Crantschaninov, T. I.; Silva, F. C.(2013) Estudos sobre *accountability* no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. *Revista de Administração Pública* FGV, Rio de Janeiro, 47(3) 745-775.

Michener, G.; Bersch, K.(2011)Conceptualizing the Quality of Transparency. The 1st Global Conference on Transparency. Newark: *Rutgers University*, 19, 1-28

Meirelles, H. L. Direito administrativo brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

Menezes, A. M. F. (2002) O processo de descentralização e as contas públicas: um estudo sobre as bases financeiras municipais baianas. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Meyer, J. W.; Rowan, B. (1977) Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *The American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.

Mileski, H. S (2003) O Controle da Gestão Pública. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.

Ministério Público Federal (2015) Ranking da Transparência. Disponível em: <http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br/> Acessos: de janeiro/2016 a fevereiro/2017.

Monteiro, R. P.(2015). Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 159-188.

Mota, A.C.Y.H.A (2006) *Accountability* no Brasil: os cidadãos e os seus meios institucionais de controle dos representantes. Tese (doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Murcia, F. D. (2009) Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil, Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo.

Ministério Público Federal (2015) Ranking da Transparência.

Nordhaus, W. (1975) The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, New York, 42, 169-190.

Oates, W. E. (1972). *Fiscal Federalism*. NY: Harcourt Brace Jovanovich.

Oliveira, L. O. (2011). O uso do controle interno como meio de prevenção da improbidade administrativa na administração pública municipal. Curitiba: Universidade Tecnológica do Federal do Paraná. Monografia.

Paiva, C. P. R.; Zuccolotto, R. (2009) Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidas em meios eletrônicos de acesso público. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, 2009, São Paulo. *Anais*.

Passolongo, C., Ichikawa, E. Y., & Reis, L. G. D. (2004). Contribuições da teoria institucional para os estudos organizacionais: o caso da Universidade Estadual de Londrina. *Revista de Negócios*, 9(1), 19-26.

Pérez, C. C.; Bolívar, M. P. R; Hernández, A. M. L. (2008) e-Government processing incentives for online public financial information. *Online InformationReview*, 32(6), 379-400.

Perrow, C. (1981) Análise organizacional: um enfoque sociológico. São Paulo: Atlas- Tradução de Sônia Fernandes Schwartz.

Pinho, J. A. G., & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343-1368.

Pfitcher, E. D. (2011) Apostila de sistemas de controles internos- Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC.

Power, T. J. & Gonzalez, J. (2003) Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia e Política*, 21, 51-69.

- Prado, O. (2006). Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel. *Revista de Administração Pública*, 40(4), 631-646.
- Queiroz, D. B., Nobre, F. C., Silva, W. V., & Araujo, A. O. (2013). Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1(2), 38-51.
- Rausch, R. B., & Soares, M. (2010). Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 4(3), 23-43.
- Raupp, F. M. & Beuren, I. M. (2013) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (3) São Paulo: Atlas.
- Rezende, A. J; Slomski, V; Corrar, L. J. (2005) A Gestão Pública Municipal e a Eficiência dos Gastos Públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. *Revista Universo Contábil*. Blumenau, 1(1) 1-15.
- Reis, A. F. D., Dacorso, A. L. R., & Tenório, F. A. G. (2015). Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais — um estudo de caso no Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia . *Revista de Administração Pública*, 49 (1), 10-76121664.
- Ribeiro, C. P.P., & Zuccolotto, R. (2014). A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(1), 37-52.
- Rocha, C. A. A. (2002) O Modelo de Controle Externo Exercido pelos Tribunais de Contas e as Proposições Legislativas sobre o Tema.
- Rover, S; Tomazzia, E, C.; Murcia, F. D. R. & Borba, J. (2012) A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, FEA-USP, São Paulo, 47(2) 217-230.
- Ross, S. A (1973) The economic theory of agency: the principal's problem. *The American Economic Review*, Nashville, 63(2), 134-139.
- Rossetti, J.P. & Andrade (2012) *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimentos e tendências*, (6. Ed). São Paulo: Atlas.
- Santana Junior, J. J. B. (2008). Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Recife, Brasil.
- Silva, L. I. S (2007) Orçamento Público: Um natural sistema de custos. Anais (14) Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa/PB, Brasil.
- Soares, M. & Scarpin, J. E. (2013). Controle interno na administração pública: avaliando sua eficiência na gestão municipal. *Revista Unopar Científica, Ciências Jurídicas e Empresariais*, 14(1), 05–15, mar.
- Schommer, P. C., Rocha, A. C., Spaniol, E. L., Dahmer, J., & Sousa, A. D. (2015). Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies . *Revista de Administração Pública*, 49(6), 1375-1400.

- Slomski, V. (2009) Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na contabilidade municipal. (2) São Paulo: Atlas.
- Slomski, V *et al.* (2008) Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas.
- Stiglitz, J. (2002) Transparency in government. In: WORLD BANK INSTITUTE. The right to tell: the role of mass media in economic development. Washington, D.C: *The World Bank*, 27-44.
- Scott, W. R. (1987). The adolescence of institutional theory. *Administrative Science Quarterly* Vol. 32, No. 4.
- Scott, W. R. (2001). Retomando los argumentos institucionales. In: Powell, Walter W.; Dimaggio, Paul J. (comp). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica. p.216-236. (Nuevas Lecturas de Política Y Gobierno).
- Scott, W. R. (1995). Symbols and organizations: from Barnard to the institutionalists. In: WILLIAMSON, O. E. (Ed.). *Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond*. New York: Oxford University Press.
- Scott, W. R. (2005). Institutional Theory: contributing for a theoretical research program. In: *Great Minds*.
- Scott, W. R. (2008). *Institutions and Organizations. Ideas and interests*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage.
- Scott, W. R.; Meyer, J.W. (1991). The organization of societal sectors: propositions and early evidence. In: POWELL, W.W. e Dimaggio, P.J. (eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, p. 108-140.
- Suchman, M.C. (1995) Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20 (3), 571-610.
- Taborda, M. G.(2002) O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. *Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre*, 16, 43-77.
- Thomas, T. E. & Lamm, E. (2012) Legitimacy and Organizational Sustainability. *Journal Business Ethics*, 110 (2), 191–203.
- Thomé, V. A. & Tinoco, J. E.P. (2005) A existência do Controle Interno como auxílio à governança para gerar informações aos stakeholders das entidades públicas: a realidade em 20 prefeituras do estado do Paraná – Brasil. In: Congresso USP controladoria e contabilidade, 5, São Paulo, Anais Eletrônicos.
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná (2015) Pedido de Acesso à Informação 1416/2015.
- Vergara, S. C. (2009) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (10) São Paulo: Atlas.
- Villagelim, A. L ; Albuquerque.C.M; Silva. L.M & Alves, F.J.S. A legislação contábil e fiscal do setor público brasileiro e a adoção de práticas de boa governança.
- Wanna, J & , C.(2003) An Impeditive Administrative Culture? The Legacy of Australia's First Auditor-General on the Australian Audit Office. *Australian Journal of Politics and History*, 49(4) 469-480.

Anexo I

Métrica ENCCLA

PONTO AVALIADO	FUNDAMENTO	PONTOS	%
TRANSPARÊNCIA ATIVA			
1 - O ente possui informações sobre Transparência na internet?	(Art. 48, II, da LC 101/00; Art. 8º, §2º, da Lei 12.527/11)	2	2%
2 - O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	(Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)	2	2%
RECEITA			
3 - Há informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado?	(art. 48-A, Inciso II, da LC 101/00; art. 7º, Inciso II, do Decreto 7.185/10) - NÃO HAVENDO ALGUM DOS REFERIDOS ATRIBUTOS, CONSIDERAR NÃO.	10	10%
DESPESA			
4- As despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo:	(Art. 7º, Inc. I, alíneas "a" e "d", do Decreto nº 7.185/2010)		
Valor do empenho		4	4%
Valor da liquidação		3	3%
Valor do Pagamento		4	4%
Favorecido		4	4%
LICITAÇÕES E CONTRATOS			
5 - O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo:	(Art. 8º, §1º Inc. IV, da Lei 12.527/2011)		
Íntegra dos editais de licitação		4	4%
Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)		3	3%
Contratos na íntegra		3	3%
6 - O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses?	(Art. 8º, §1º Inc. IV, da Lei 12.527/2011 e Art. 7º, Inc. I, alínea "e", do Decreto nº 7.185/2010) - RESPONDER SIM A TODOS OS ITENS SE TIVER EDITAL NA ÍNTEGRA (QUESTÃO 6)		
Modalidade		1	1%
Data		1	1%
Valor		1	1%
Número/ano do edital		1	1%
Objeto		1	1%
RELATÓRIOS			
7 - O site apresenta:	(Art. 48, caput, da LC 101/00; Art. 30, III, da Lei 12.527/11)		
A prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior		2	2%
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses		3	3%
Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses		3	3%
Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes		2	2%
8 - O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?	(Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11.Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)	2	2%
TRANSPARÊNCIA PASSIVA/LAI			
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC			
9 - possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial	Art. 8º, §1º, I, c/c Art. 9º,I, da Lei 12.527/11		

Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico?		1	1%
Há indicação do órgão		1	1%
Há indicação de endereço		1	1%
Há indicação de telefone		1	1%
Há indicação dos horários de funcionamento		1	1%
SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC			
10 - Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	(Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11)	8	8%
11 - Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	(Art. 9º, I, alínea "b" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011)	7	7%
12 - A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	(Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11)	5	5%
DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO			
13 - No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	(Art. 8º, §1º, inciso I, Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)	2	2%
14 - O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	(Art. 8º, §1º, inciso I, Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)	2	2%
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA			
15 - Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público?	Esse item é considerado como uma boa prática de transparência a exemplo do Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão STF RE com Agravo ARE 652777	10	10%
16 - Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem?	Esse item é considerado como uma boa prática de transparência. http://transparencia.gov.br , http://www.transparencia.mpf.mp.br/	5	5%
TOTAL		100	100%

Fonte: MPF(2015).

Anexo II



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo Nº: 81755-5/15

Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Data hora protocolização: 14/10/2015 11:20

Data entrega: 14/10/2015

Sujeitos do Processo			
Papel	Nome	CPF/CNPJ	Procuradores
Requerente	JOANA D ARC DE OLIVEIRA	00.007.095/7787-79	

Peças do Processo

Petição

Curitiba, 14/10/2015 12:07

Documento assinado digitalmente

LUIZ CARLOS DA SILVEIRA

Matrícula Nº 512958

Anexo III



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº11698/2015

Processo Nº: 817555/15

Data e hora da distribuição: 14/10/2015 12:08:50

Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Entidade: JOANA D ARC DE OLIVEIRA

Interessado: JOANA D ARC DE OLIVEIRA

Exercício:

Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.

Relator: Conselheiro Presidente IVAN LELIS BONILHA

Impedimentos:

Anexo IV**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

PROCESSO Nº: 817555/15
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ENTIDADE: JOANA D ARC DE OLIVEIRA
INTERESSADO: JOANA D ARC DE OLIVEIRA

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 4230/2015 – Gabinete da Presidência, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1229, do dia 22/10/2015, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 23/10/2015

Anexo V- a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Processo nº : 817555/15 - TC
 Entidade : JOANA D ARC DE OLIVEIRA
 Interessado : JOANA D ARC DE OLIVEIRA
 Assunto : PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
 Informação nº : 1712/2015 – DCM

EMENTA: Informação em atendimento ao Despacho nº 4230/15 - GP.

1. DOS FATOS

Trata-se de solicitação de informações sobre o resultado das prestações de contas anuais do período de 2011 a 2014 apresentadas pelos 399 municípios paranaenses. A requisição consta de Pedido de Acesso à Informação nº 1416/2015, elaborado por Joana Oliveira (CPF 070.957.787-79).

2. DA ANÁLISE

Antes de passar ao atendimento da presente solicitação, cabe observar que nem todos os autos de prestação de contas anuais do período 2011-2014 dos 399 municípios paranaenses foram apreciados pelo TCE-PR.

Por isso, aquelas contas pendentes nesta data devem ser consultadas futuramente no link <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/consulta-processual/237518/area/54> (colar na barra de endereço de seu programa navegador usado para acessar a internet).

Anexo V- b**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Diretoria de Contas Municipais**

Nesta tela que aparecerá após a utilização do link retro serão listados os trâmites processuais, a decisão proferida pelos órgãos deliberativos desta E.Corte de Contas e o número do Diário Eletrônico do TC-PR em que fora publicada (acessar link <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/lista/diario-eletronico/1436>), podendo-se obter, por conseguinte, a informação requerida no presente pedido.

Para facilitar esta consulta, disponibilizou-se relação contemplando todos os números de processos por municípios autuados no quadriênio na peça nº 7, juntamente com o quadro listando o resultado das prestações de contas anuais existentes.

É a informação.

DCM, em 27/10/2015.

Ato emitido por: JOSÉ CARLOS DA COSTA - Analista de Controle – Matrícula 51.092-0.

Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência em cumprimento ao Despacho nº 4230/15 - GP.

Ato encaminhado por: REGINA CRISTINA BRAZ – Diretora – Matrícula nº 51.283-4.

Anexo IV

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº: 817555/15
ENTIDADE: JOANA D ARC DE OLIVEIRA
INTERESSADO: JOANA D ARC DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO: 4449/15

Retornam os autos com a Informação nº 1712/2015 (peça 6 e 7), por meio da qual a Diretoria de Contas Municipais presta as informações solicitadas por Joana D Arc de Oliveira.

Comunique-se à solicitante.

Na sequência, encaminhem-se os autos à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13¹ da Resolução nº 45/2014.

Após, sigam à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito e anexação aos autos n.º 398627/11, nos termos do art. 11, §4º do referido normativo².

Publique-se.

Gabinete da Presidência, 28 de outubro de 2015.

-assinatura digital-
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

¹ Art. 13 *Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.*

² Art. 11. *Caso a informação solicitada verse sobre matéria que seja objeto de processo em trâmite no Tribunal, a Diretoria de Protocolo procederá à distribuição do pedido, por dependência, a quem couber a relatoria do processo.*

(...)

§4º *Ultimadas as providências indicadas neste artigo, os autos serão encerrados e encaminhados à Diretoria de Protocolo, para anexação aos autos originários.*

Anexo VII**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

PROCESSO Nº: 817555/15
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ENTIDADE: JOANA D ARC DE OLIVEIRA
INTERESSADO: JOANA D ARC DE OLIVEIRA

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 4449/2015 – Gabinete da Presidência, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1238, do dia 05/11/2015, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 06/11/2015

Anexo VIII

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n.º 1777/15-OPD/GP

Curitiba, 4 de novembro de 2015.

Senhora,

Em atenção ao Pedido de Acesso à Informação n.º 1416/2015, autuado nesta Corte sob o n.º 817555/15, comunico a Vossa Senhoria que a Diretoria de Contas Municipais, mediante a Informação n.º 1712/15, peças 6 e 7, responde ao solicitado.

Cabe destacar que, tendo em vista a adoção do processo eletrônico por este Tribunal, nos termos da Lei Complementar n.º 126/2009, o processo digital estará disponibilizado no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no *menu* à esquerda
3. Selecionar a opção **Cópia de Autos Digitais**
4. Indicar o número do processo 817555/15
5. Indicar o número do Cadastro CPF/CNPJ
6. Clicar em Exibir cópia

A cópia digital do processo ficará disponível por **90 (noventa) dias**, a partir da data da emissão deste Ofício, no endereço eletrônico acima indicado.

Atenciosamente,

- assinatura digital -
CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
Presidente

À Senhora
JOANA D ARC DE OLIVEIRA

Des. Álvaro Antônio de Moraes - nº 1416 - Terc. AG - Curitiba

Anexo IX - a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

1.3 PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS DE 2013

Entidade	Processo	Ano	Acórdão	Ano Acórdão	Data Acórdão	Decisão Acórdão
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO	259257/14	2013	215	2015	13/10/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI	236966/14	2013	177	2015	05/08/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL	251159/14	2013	203	2015	15/09/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ	253038/14	2013	163	2015	28/07/2015	Irregularidade das contas com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE ÂNGULO	267705/14	2013	118	2015	30/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com recomendações
MUNICÍPIO DE ANTONIO OLINTO	256339/14	2013	109	2015	17/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE ARAPUÁ	274531/14	2013	122	2015	30/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com determinações
MUNICÍPIO DE ASSAÍ	272261/14	2013	135	2015	08/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa e recomendações
MUNICÍPIO DE Balsa Nova	225026/14	2013	214	2015	13/10/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE BARBOSA FERAZ	265974/14	2013	155	2015	21/07/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO	269414/14	2013	184	2015	18/08/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA	262827/14	2013	105	2015	16/06/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL	235587/14	2013	132	2015	08/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE CAFEARA	277948/14	2013	156	2015	21/07/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS	280655/14	2013	119	2015	30/06/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO	267250/14	2013	123	2015	01/07/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA	259826/14	2013	56	2015	28/04/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS	252007/14	2013	161	2015	28/07/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com recomendações
MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO	267713/14	2013	134	2015	08/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA	259842/14	2013	146	2015	14/07/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com determinações

Anexo IX - b



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

MUNICÍPIO DE IGUATU	255227/14	2013	72	2015	13/05/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ	271583/14	2013	66	2015	06/05/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE IVATUBA	269457/14	2013	175	2015	04/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE JUSSARA	233053/14	2013	186	2015	19/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE KALORÉ	237288/14	2013	133	2015	08/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade
MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS	260077/14	2013	200	2015	15/09/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE MAMBORÉ	228203/14	2013	111	2015	23/06/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE MANDAGUARI	241153/14	2013	86	2015	27/05/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE MARIA HELENA	280752/14	2013	137	2015	08/07/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE MARMELEIRO	275082/14	2013	223	2015	20/10/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE MIRADOR	263556/14	2013	91	2015	02/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE MIRASELVA	269589/14	2013	164	2015	29/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa e determinações
MUNICÍPIO DE MISSAL	264960/14	2013	97	2015	09/06/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	255561/14	2013	73	2015	13/05/2015	Parecer prévio pela regularidade com recomendações
MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS	263165/14	2013	143	2015	14/07/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU	257980/14	2013	121	2015	30/06/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS	233207/14	2013	187	2015	19/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI	266040/14	2013	99	2015	10/06/2015	Parecer prévio pela irregularidade
MUNICÍPIO DE OURIZONA	254760/14	2013	87	2015	27/05/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE	272091/14	2013	176	2015	04/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE PALOTINA	264420/14	2013	130	2015	07/07/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE	270358/14	2013	165	2015	29/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ	259346/14	2013	82	2015	20/05/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa

Anexo IX - c



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

MUNICÍPIO DE PORECATU	270234/14	2013	98	2015	09/06/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS	228955/14	2013	96	2015	09/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ	257300/14	2013	204	2015	15/09/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES	257572/14	2013	81	2015	20/05/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE	258714/14	2013	151	2015	21/07/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com recomendações
MUNICÍPIO DE REBOUÇAS	256053/14	2013	112	2015	23/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE RIO BOM	256533/14	2013	188	2015	19/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE RONDON	254689/14	2013	55	2015	28/04/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA	278235/14	2013	141	2015	14/07/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE	268841/14	2013	174	2015	04/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA	282496/14	2013	75	2015	13/05/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ	268388/14	2013	92	2015	02/06/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE SAPOEMA	260425/14	2013	206	2015	22/09/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU	249049/14	2013	64	2015	06/05/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE SENGÉS	278162/14	2013	189	2015	19/08/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	268868/14	2013	148	2015	15/07/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE SULINA	217686/14	2013	195	2015	26/08/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
MUNICÍPIO DE TOMAZINA	269074/14	2013	190	2015	18/08/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ	243318/14	2013	63	2015	05/05/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE TUPÁSSI	269635/14	2013	74	2015	13/05/2015	Parecer prévio pela regularidade
MUNICÍPIO DE VITORINO	279118/14	2013	157	2015	21/07/2015	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
MUNICÍPIO DE WENCESLAU BRAZ	277301/14	2013	136	2015	08/07/2015	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa e determinações